

148

**Retratos
[da Transgressão
de Gênero]**

Maria Lygia Quartim de Moraes

Primeira Versão

Primeira Versão é uma publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Destina-se a abrigar aqueles trabalhos de circulação restrita, seja porque são parte de uma pesquisa em andamento, seja por estarem voltados para atividades didáticas ou, ainda, são 'papers' apresentados em reuniões fora do âmbito do IFCH.

Primeira Versão está aberta a todos os professores do Instituto. As propostas de publicação deverão respeitar o limite máximo de 50 páginas e os originais deverão ser entregues no Setor de Publicações.

Comissão de Publicações

**Publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas**

ISSN 1676-7039

Diretor: Prof. Dr. Jorge Coli

Diretor Associado: Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:

Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

Representantes Docentes

Prof. Dr. Jesus J. Ranieri

Prof. Dr. Márcio Augusto Damin Custódio

Prof. Dr. Frederico N. R. de Almeida

Profa. Dra. Nádia Farage

Profa. Dra. Fátima Évora

Profa. Dra. Tirza Aidar

Profa. Dra. Mariana Chaguri

Colaboradora

Profa. Dra. Guita Grin Debert

Representantes Docentes e Discentes

Revista RURIS, Revista CEMARX, Cadernos AEL, Revista RHAA, História Social, CPA, alunos de Pós-Graduação e Graduação

Representantes de funcionários

Maria Cimélia Garcia

Samuel Ferreira

Projeto capa, produção editorial e divulgação

Setor de Publicações/Livraria do IFCH

Impressão e acabamento

Gráfica do IFCH

RETRATOS (DA TRANSGRESSÃO DE GÊNERO)

Resumo: O feminismo é a expressão do mal estar das mulheres; de sua inconformidade com as normas sociais e com as diversas manifestações da violência de gênero.

Nesse sentido, é mais apropriado falar de feminismos no plural. Pois as formas de transgressão e de revolta variaram segundo as sociedades; a época e a classe e raça/etnia das mulheres. Para minha geração, a francesa Simone de Beauvoir e as brasileiras Patricia Galvão, a Pagu e Leila Diniz forneceram os exemplos e a reflexão teórica que alimentaram as revoltas de 68 e o feminismo contemporâneo. Judith Butler, estigmatizada pelas Igrejas e pelo ranço e conservadorismo imperantes na sociedade brasileira, foi incluída dada a atualidade de sua obra teórica e da necessidade de superarmos o binarismo sexual.

Palavras chave: feminismo, Simone de Beauvoir, Patricia Galvão, Leila Diniz e Judith Butler.

Maria Lygia Quartim de Moraes. Socióloga, formada em Ciências Sociais pela USP (1963-66), com cursos de pós-graduação na França e no Chile (1970-74). Doutorou-se em Ciência Política pela USP (1982), defendeu sua livre-docência na UNICAMP (1997) e tornou-se professora titular da UNICAMP em 2004. Especialista em sociologia clássica é também pesquisadora das áreas de estudos sobre movimentos sociais, família e gênero, direitos humanos e memória política no período 1964-82. Publicou livros, capítulos de livros e artigos no país e no exterior. Atualmente, é professora na Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP, pesquisadora do Pagu – Núcleo de Estudo de Gênero da UNICAMP e do Grupo “Família, Gênero e Sociedade” do CNPq. Presidente da Comissão da Verdade e Memória e a “Octavio Ianni” da UNICAMP (2013-15).

APRESENTAÇÃO

As palavras movem e os exemplo arrastam é um ditado popular que define bem a escolha das retratadas desta *Primeira Versão*. Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu; Simone de Beauvoir (1908-1986); Leila Diniz (1945-1972) e Judith Butler (1956).

Simone de Beauvoir dispensa apresentações. Vivendo na França, modelo de país republicano e laico, Simone pode adquirir uma formação intelectual primorosa, influenciando minha geração por meio dos seus romances e, principalmente, pelo *O Segundo Sexo*. O primeiro capítulo, “Uma homenagem a Simone”, analisa, por um lado, sua obra sob a luz da contribuição do marxismo ocidental para as teorias feministas e, por outro, detém-se na vida pessoal de Simone e seu caso de amor com o escritor Nelson Algren.

Patrícia Galvão, a Pagu, foi radical em suas escolhas, pagou um alto preço por algumas delas, mas conseguiu ser fiel a si mesma. Levando em consideração o atraso cultural de nossas elites, o conservadorismo da igreja e o machismo imperante, a vida de Pagu não foi fácil. Mas afirmou-se como sujeito de seu desejo (e de seus direitos). Coube a ela o segundo capítulo, intitulado “A coragem de Pagu”.

Mas foi o exemplo de Leila Diniz (1945-1972), seu modo de vida e sua liberdade, apesar da ditadura militar, o exemplo que mais “arrastou” minha geração. Suas escolhas amorosa; a gravidez fora do casamento (e o conseqüente rompimento com o estigma da mãe solteira); a fotografia grávida de biquíni, numa exaltação erótica do corpo da mulher grávida em direta oposição à carece da época, são alguns dos exemplos de sua liberdade e prazer em viver.

Judith Butler visitou nosso país este ano de 2015. E conheceu de perto a maré conservadora que se alastra, encabeçada pelo Congresso Nacional BBB (Boi, Bala, Bíblia) que tenta impedir qualquer menção ao “gênero” na educação; proíbe o aborto para as vítima de estupro; a pílula do dia seguinte mas, ao mesmo tempo, impede taxações sobre grandes fortunas e lucros bancários.

I. UM TRIBUTO À SIMONE DE BEAUVOIR

Minha vida é um estranho objeto, a cada instante translúcido e inteiramente opaco, que fabrico eu mesma e que me é imposto, e cuja substância o mundo me fornece, e me rouba, pulverizado pelos acontecimentos, disperso, partido, hachurado e conservando, no entanto, sua unidade¹.

O LEGADO INTELECTUAL DE SIMONE DE BEAUVOIR

Simone foi uma das intelectuais que mais contribuíram para o movimento feminista dos anos 1970 e, nesta medida, para as profundas transformações na condição da mulher que marcaram nosso século. Seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949², quando a autora completava 41 anos, causou um furor imediato entre os intelectuais e a imprensa francesa, tornando-a uma celebridade nacional e internacional. Pode-se dizer, a justo título, que *O Segundo Sexo*, é o coração ou a bíblia das feministas do mundo inteiro. Poucos trabalhos escritos por uma mulher foram tão lidos e discutidos em tantas partes do mundo e poucas mulheres conheceram tanto sucesso e reconhecimento intelectual como Simone.

O Segundo Sexo foi o livro-revelação para mulheres de diferentes gerações nos anos sessenta e setenta e, até hoje, mantém o seu sabor. Permitiu, antes de mais nada, que a questão da mulher emergisse com alguma legitimidade. Simone ressaltava que o sexo feminino era pensado como “o outro”, sem identidade própria, pois as mulheres estavam presas à armadilha da domesticidade e da maternidade, apresentadas como “naturais” quando na verdade eram imposições sociais. Ninguém nasce mulher, a famosa frase, queria sublinhar que ninguém nasce dona de casa ou mãe: a gente torna-se mulher. Para Simone, a fonte da verdadeira criação era intelectual, o que a tornava uma crítica feroz da vida doméstica, da família e da maternidade, até seus últimos dias. Todos os atributos cantados em prosa e verso com o valor de “especificamente femininos” eram apontados como tarefas repetitivas, sem nenhuma transcendência, armadilhas e prisões onde as mulheres desperdiçavam suas energias. Os valores respeitados por Simone

¹ BEAUVOIR, Simone de. *Sob o Signo da História*. (tradução de Sérgio Milliet). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, p. 280.

² Em 1956 o livro foi colocado no “index” dos livros de leitura proibida para os católicos.

sempre foram “masculinos”: trabalho e autonomia. Não é de se estranhar que a recusa da maternidade apareça como condição *sine qua non* da “libertação da mulher.” Em entrevista concedida aos 77 anos, Simone de reafirmava:

Eu não recuso a maternidade. Acho apenas que é uma armadilha. O que se deve condenar não são as mães, mas a ideologia que incita as mulheres a serem mães e as condições em que devem sê-lo. Junta-se a isso uma mistificação perigosa da relação mãe-filho. Mesmo que uma mulher tenha vontade de ter filhos, deve refletir muito porque a maternidade, atualmente, é uma verdadeira escravidão. (...) Se queremos ser independentes, o importante é ter uma profissão: esta é uma condição imprescindível. O trabalho não é uma panaceia. Sei muito bem que o trabalho, como é hoje, tem dois lados: um alienante e outro libertador que, por consequência, as mulheres têm frequentemente de escolher entre duas alienações: a do trabalho e a doméstica. Contudo, o trabalho não é apenas uma panaceia mas é, apesar de tudo, a primeira condição para a independência³.

Os capítulos iniciais do *O Segundo Sexo* tentam demonstrar que não existe um destino fisiológico, psicológico ou econômico, a partir da discussão com os dados fornecidos pela biologia, a psicanálise e o materialismo histórico. Os dados da biologia, diz Simone, não podem ser isolados do contexto econômico, social e psicológico, “pois se o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo, ele só é uma realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade”⁴. Em outras palavras, o valor atribuído ao corpo feminino e a seus produtos é um fato social, um produto da sociabilidade. A biologia, portanto, é insuficiente para responder à questão: “por que a mulher é o Outro?”⁵.

A psicanálise, segundo Simone, apesar de afirmar que “não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito” também não responde à questão da alteridade “pois o próprio Freud admite que o prestígio do pênis explica-se pela

³ BEAUVOIR, S. de *Não se nasce mulher. Torna-se mulher*. Revista *Claudia*, n. 291, 1985, p. 52.

⁴ BEAUVOIR, Simone de, *O Segundo Sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª Edição, 1960, p. 23.

⁵ Idem, p. 57.

soberania do pai e confessa que ignora a origem da supremacia do macho”⁶. Freud parte daquilo que teria de ser explicado: como os homens tomaram o poder, transformando o falo em seu símbolo? Na verdade, a psicanálise está impossibilitada de pensar a mulher adequadamente. Para nós, diz Simone, a mulher define-se “como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo cuja estrutura econômica e social é indispensável conhecer”⁷.

Assim, chegamos ao materialismo histórico. Simone comenta que esta teoria põe em evidência muitas verdades importantes. “A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *antiphisis*, ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; ela efetua-se objetivamente na praxis”⁸. Simone reafirma o fato de que os dados biológicos só importam na medida da consciência que a mulher tem de si mesma – e do valor socialmente atribuído às suas características físicas. Neste sentido, é indiscutível que dois traços caracterizam a mulher: “seu domínio sobre o mundo é menos extenso do que o do homem; ela é mais estreitamente submetida à espécie”⁹. Ora, uma vez que estes traços são os mais atenuados pelo desenvolvimento da técnica, torna-se evidente que eles não significam uma condição permanente.

Esta, aliás, é a perspectiva adotada por Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, quando explica a sujeição da mulher ao homem pelo desenvolvimento da divisão “natural” do trabalho; pelo aparecimento do excedente econômico e pela transmissão da propriedade através da herança. É nesta brecha – a possibilidade do acúmulo e apropriação privada do excedente – que as mulheres sofreram sua grande derrota histórica, como foi visto.

Simone toma como ponto de partida a ontogênese da alteridade: a mulher é o Outro (a diferença), lugar exclusivo e excludente. Não há simetria possível, por mais que os valores femininos sejam exaltados. Vivendo na França no período da ascensão do estruturalismo, Simone assimilaria muito bem as teses de Lévi-Strauss, no *Anthropologie structurale* – especialmente

⁶ Idem, p. 70.

⁷ Idem, p. 72.

⁸ Idem, p. 75.

⁹ Idem, p. 73.

referidas ao sistemas de parentesco como sistemas de trocas de mulheres. A sociedade, assegura Simone, “sempre foi masculina; o poder político sempre esteve nas mão dos homens”¹⁰.

Em outras palavras, as mulheres constituem o objeto privilegiado de nomeação do Outro. Ao contrário do que postula Engels, as mulheres aparecem submetidas ao homem mesmo antes da propriedade privada se instaurar. A subordinação econômica é uma das formas que assume o poder do homem sobre a mulher. O domínio masculino sobre a esfera pública evidencia-se em todos os casos estudados. Aí reside o limite da análise marxista que toma como causa determinante aquilo que é uma das formas de manifestação deste que foi o destino comum das mulheres porque portadoras de um lugar privilegiado (que ao mesmo tempo fragiliza) na reprodução da espécie. A todo-poderosa mãe é também a fêmea cujo corpo gera outro e que precisa, no longo período de desenvolvimento que a cria humana leva para amadurecer, de apoio para sobreviver. Desta maneira, o erro dos marxistas foi ter confundido dois aspectos da alteridade.

Na medida em que a mulher é considerado o Outro absoluto – qualquer que seja sua magia – torna-se impossível encará-la como sujeito. As mulheres nunca se constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens¹¹.

Do momento em que o átomo da relação familiar é o intercâmbio das mulheres, realizado pelos homens, não existe outro lugar para as mulheres senão uma alteridade sem autonomia. Jacques Lacan, a quem, diga-se de passagem, Simone respeitosamente cita como dr. Lacan, também nomeia o lugar do Outro como o lugar da Falta, dando um conteúdo universal à posição da mulher. Em ambos os casos, não se coloca a questão do porquê coube à mulher a sina de simbolizar o Outro. Em outras palavras, permanece sem resposta a questão sugerida no título do livro: por que somos *O Segundo Sexo*? Simone, inicialmente, afirma que:

¹⁰ Idem, p. 91.

¹¹ Idem, ibidem.

o triunfo do patriarcado não é nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico (é exatamente o que ela diz: privilégio biológico) permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeito soberanos. Eles nunca abdicaram do privilégio; alienaram parcialmente sua existência na Natureza e na Mulher mas reconquistaram-na a seguir. Condenada a desempenhar o papel do Outro, a mulher estava condenada a possuir apenas uma força precária: escrava ou ídolo, nunca é ela quem escolhe o seu destino. ‘Os homens fazem os seus deuses; as mulheres adoram-nos’, diz Frazer. São eles que decidem se as divindades supremas devem ser femininas ou masculinas. O lugar da mulher na sociedade é sempre eles que estabelecem. Em nenhuma época ela impôs sua lei¹².

É estranho encontrar o argumento da biologia, quando a própria Simone insistia anteriormente que o importante é o valor socialmente atribuído às diferenças sexuais. Na verdade, ela parte do mesmo ponto de vista da ideologia conservadora: a “debilidade “fisiológica da mulher, vale dizer, sua função reprodutiva e o “privilégio masculino”. Assim, o problema é universal na medida em que o papel da mulher na reprodução da vida torna-a mais próxima da Natureza, enquanto o desempenho do homem na produção econômica torna-o propenso à Cultura. A mitologia de Simone supõe que o desenvolvimento da produtividade do trabalho levou o homem a um domínio da Natureza que a mulher não alcançou, desvalorizando-se consequentemente aos olhos dos homens.

Nela o homem não reconheceu um semelhante porque ela não partilhava sua maneira de trabalhar e pensar, porque continuava escravizada aos mistérios da vida. Desde que não a adotava, desde que a mulher conservava a seus olhos a dimensão do Outro, o homem só podia tornar-se seu opressor¹³.

A partir daí, estabelece-se, segundo Simone, a dialética da desigualdade: o homem oprime a mulher para sentir-se mais poderoso e quanto mais poderoso se torna, mais ela decai. Particularmente, quando se torna proprietário do solo, é que reivindica também a propriedade da mulher.

¹² BEAUVOIR, S. de op. cit., p. 98.

¹³ Idem, *ibidem*.

“Antes ele era possuído pelo mana, pela terra: agora ele tem uma alma, terras, liberto da Mulher, quer uma mulher e uma posteridade para si próprio”. Reencontramos, aqui, a mesmíssima análise de Engels, o que também causa um certo espanto, pois Simone, assim como fizera com a biologia, rejeitara a explicação que o materialismo histórico construía para explicar a opressão feminina. Esta compulsão masculina de querer “uma posteridade para si”, aparece no pensamento da autora tão inexplicavelmente quanto em Engels. Eis, com novas roupas, a razão para a coincidência entre propriedade privada, transmissão de herança e monogamia. O texto a seguir revela esta apropriação das teses de Engels por Simone.

Quer [o homem] que o trabalho familiar que utiliza em proveitos de seus campos seja totalmente seu e, para isso, é preciso que os trabalhadores lhe pertençam: escraviza a mulher e os filhos. Precisa de herdeiros através dos quais se prolongará sua vida terrestre (...). Assim, a partir do dia em que a agricultura deixa de ser uma operação essencialmente mágica e se torna antes de mais nada um trabalho criador, o homem descobre-se como força geradora; reivindica os filhos ao mesmo tempo que a colheita¹⁴.

Voltamos pois ao ponto de partida. A pretensa maior produtividade masculina no trabalho (que se justifica na crença que Simone professa da inferioridade da capacidade de trabalho feminina) foi simbolicamente convertida em uma superioridade sobre as mulheres. A tal ponto que temos uma espécie de efeito gangorra: quanto mais poderoso o homem se torna, mais a mulher decai. Reencontramos, pois, a velha argumentação de Bachoffem/Engels: “Não há, nos tempos primitivos, uma revolução ideológica mais importante do que a que substitui pela agnação a filiação uterina; a partir de então a mãe é relegada à função de ama, de serva, e a soberania do pai: ele é quem detém os direitos e os transmite”¹⁵. Simone retorna, assim, à questão da herança, formulada nos mesmos termos de Engels, isto é supondo a existência do matriarcado que, com o advento da propriedade privada, é superado pelo patriarcalismo. Desta maneira, ela vai construindo uma espécie de metafísica da propriedade que a levará às raízes ontológicas da opressão feminina, utilizando, diga-se de

¹⁴ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 2ª Edição, 1960, p. 99.

¹⁵ Idem, *ibidem*.

passagem, o mesmo evolucionismo histórico que lhe parecera insuficiente em Engels.

A impressão que se tem, ao longo das páginas, é que Simone não enxerga qualquer possibilidade de libertação da mulher a partir daquilo que caracterizaria exatamente os papéis femininos. Se a regra da subordinação da mulher tem a mesma universalidade suposta por Lévi-Strauss, nas *Estruturas elementares do parentesco*, então pode-se falar de uma opressão da mulher, antecedendo qualquer outra hierarquia social. A diferença entre os sexos torna-se imanentemente hierárquica, até quando o homem desfrutar do privilégio biológico, como assinala Simone. Ora, tal privilégio como sabemos, é o de não engravidar. Logo, transformar as condições objetivas que alimentam a esfera do simbólico social, suporia, por exemplo, que as mulheres dedicassem seu máximo investimento à carreira profissional e considerassem que a maternidade é uma armadilha. De fato, sua discípula radical de Simone, a norte-americana Shulamith Firestone, vai, uma década depois, reafirmar a mesma rejeição à maternidade, preconizando uma reforma na biologia feminina: a libertação da mulher com o bebê de proveta!¹⁶

Em *O Segundo Sexo*, como em quase todos os romances de Simone, esta sensação de desconforto com a condição feminina é o eixo articulador, revelando muito da experiência pessoal da autora. No segundo tomo da obra, que tem o sugestivo título de a “experiência vivida”, a grande derrota do sexo feminino é localizada exatamente naqueles atributos constitutivos da feminilidade. A liberdade humana, no existencialismo de Simone, é sempre uma transcendência conseguida através da criação intelectual. Ora, na medida em que Simone nega qualquer possibilidade de transcendência na vida doméstica e, especialmente, na maternidade, a biologia feminina é a grande armadilha contra a mulher.

NINGUÉM NASCE SIMONE DE BEAUVOIR. TORNA-SE

Ao adotar o existencialismo filosófico, Simone fez de seu projeto de vida – produzir uma obra de valor universal – o objeto de suas reflexões

¹⁶ Defendo, em oposição, uma certa “imanência” do corpo feminino, concebendo a maternidade como um momento altamente positivo na vivência do “ser mulher”. Neste sentido, só posso rejeitar uma libertação que desconhece a profunda imbricação do biológico no social. A “humanização” da mulher não pode supor a negação de seu corpo biológico.

e de sua obra intelectual. De maneira que sua biografia remete aos personagens dos seus romances e esses dizem respeito às experiências reais de Simone: ela na intimidade, Sartre, a relação entre ambos, rompendo com as convenções burguesas, em resumo, um estilo de vida muito pouco convencional.

Pertencço à geração de mulheres para as quais os livros de Simone, especialmente *O Segundo Sexo* e *Memórias de uma moça bem comportada* tiveram uma importância decisiva: ajudaram a nomear um mal estar difuso e a entender a situação da mulher como produto da história e da sociedade. Mais do que isso, a experiência de Simone, seu pacto amoroso com Sartre (pacto que lembra as ligações perigosas: a cumplicidade acima de tudo) exerceram um fascínio extraordinário. Simone não queria ter filhos, nem criar família e nem viver como uma burguesa acomodada.

Como não maravilhar-se com a ousadia desta mulher, que vivia num quarto de hotel – distante de qualquer das atividades familiares típicas das mulheres de classe média – exercendo uma prática intelectual que gerou uma rica produção de romances, autobiografias, biografia de Sartre, ensaios filosóficos? Ao mesmo tempo, a dupla Simone e Sartre tornou-se um emblema das relações liberadas e o existencialismo entrou em moda¹⁷.

“O esnobismo misturou-se com isso. Tudo se tornou existencialista, o suéter preto existencialista, o cabelos compridos existencialistas; havia caves existencialistas onde se dançava, bebias e cantavam-se canções existencialistas”¹⁸.

Figuras de projeção mundial, Simone e Sartre viajaram por várias partes do mundo, fazendo conferências, sempre muito ativos politicamente, unidos por um compromisso indissolúvel. Pensei em escrever que nem mesmo a morte conseguiu separá-los, mas me recordei que Simone, descrevendo a morte de Sartre, demonstrou não nutrir fantasias sobre os encontros pós-morte. Ela foi clara: “Sua morte nos separa”.

¹⁷ No Brasil, a marchinha carnavalesca falava da Chiquita Bacana lá da Martinica que se vestia com uma casca de banana e era existencialista.

¹⁸ Apud/ FRANCIS, Claude e GONTIER, Fernande. *Simone de Beauvoir*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986, p. 311.

AS ESCOLHAS DOS ANOS 1940

A libertação de Paris pelas tropas americanas foi um marco na vida de Simone. Ela o escolheu como ponto de partida para o quarto volume de suas memórias, intitulado *La force des choses*. Talvez uma referência à importância dos fatos históricos para os sobreviventes da II Guerra Mundial. Para Simone e Sartre os anos que se seguiram à Libertação de Paris foram de intensa atividade intelectual e é neste contexto que foi lançada, em 1945, a revista *Temps Modernes*. Fundada por Jean Paul Sartre, reunia intelectuais motivados pela oposição ao nazi-fascismo.

A produção intelectual de Simone nos anos em questão explica-se, antes de mais nada, por sua adesão ao existencialismo e sua tese de que o *ser do homem é um "ser-no-mundo"* (l'êtré de l'homme est 'un êtré dans le monde'), como aparece no artigo "*Idéalisme moral et réalisme politique*", sua primeira contribuição à recém fundada revista *Les Temps Modernes*¹⁹. Em 1943, Simone publicou seu primeiro romance, *L'invitée (A Convidade)*, fruto de quatro anos de trabalho. O livro foi bem recebido pela crítica e Simone saudada como uma esperança para as letras francesas. Os anos seguintes ajudaram a consagrar Simone, que publicou *Pyrrhus et Cinéas* (ensaio) em 1944; *Les bouches inutiles* (teatro) em 1945; *Tous les hommes sont mortels* (romance), em 1946, *Pour une morale de l'ambiguïté* (ensaio) em 1946; *L'existentialisme et la sagesse des nations* (ensaio) em 1948; *L'Amérique au jour le jour* (ensaio), em 1948 e, finalmente, *Le deuxième sexe*, em 1949.

Enquanto diva e musa existencialista Simone gozava da admiração de muitos mas, quando, a partir da publicação de *O Segundo Sexo*, começou a falar abertamente da opressão da mulher; mostrar o machismo na obra de autores consagrados; rejeitar a família e a maternidade e, principalmente, analisar a sexualidade feminina, foi vítima de ataques da Igreja, dos intelectuais de direita e da imprensa burguesa. Passou a ser considerada uma mulher imoral e devassa. Na verdade, os ataques de que foi vítima pelas teses defendidas no *Segundo Sexo* eram reveladores de uma realidade explosiva e, nesta medida, o livro foi, por um lado, satanizado pelos conservadores e, por outro, erigido em bíblia pelas mulheres descontentes com sua situação.

¹⁹ *Les Temps Modernes*. Paris. novembro de 1945, n. 2. p. 264-5.

O AMOR NORTE-AMERICANO

Tínhamos sido Sartre e eu, mais ambiciosos, tínhamos querido conhecer “amores contingentes”, mas há um problema a que tínhamos levemente eludido: como se acomodaria o terceiro com nosso arranjo? Aconteceu de o ter aceito sem sofrimento; nossa união deixava espaço suficiente para amizades ou camaradagens, para romances fugazes. Mas se o protagonista desejava mais, ocorriam conflitos²⁰.

O pacto amoroso entre Simone e Sartre envolvia situações perversas em mais de um sentido e, pelos relatos da própria Simone, especialmente dolorosas para ela. No início de 1946 Sartre viajara para os Estados Unidos para o lançamento de um número especial da revista *Temps Modernes* tendo em vista a simpatia que os libertadores de Paris exerceram (por tempo reduzido, é verdade) sobre Sartre e Simone. Ocorre que Sartre retorna desta viagem muito apaixonado por uma mulher identificada como M.²¹ nas referências que lhe faz Simone. Inquieta com a intensidade afetiva da relação, Simone pergunta para Sartre de quem ele gostava mais – “Gosto muito de M., respondeu Sartre, mas é com você que estou. Senti-me angustiada²².”

Qual a razão da angústia? Perder o lugar no coração de Sartre, transformar-se em apenas um compromisso a ser mantido por uma questão de honra. Assim, foi uma Simone insegura que embarcou no dia 29 de janeiro de 1945 para realizar uma série de conferências em universidades americanas. Primeiro, encontra-se com M. que está de partida para Paris, para encontrar Sartre. Com toda a honestidade, Simone faz os seguintes comentários sobre esse encontro:

Encontrei M. em Nova Iorque. Ela ia partir para Paris onde ficaria até minha volta. Era tão encantadora como o dizia Sartre e tinha o mais lindo sorriso do mundo²³.

²⁰ BEAUVOIR, Simone de. *Sob o Signo da História*. (tradução de Sérgio Milliet). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, p. 133.

²¹ Dolorès Vanetti era uma atriz francesa que fugira para os Estados Unidos no começo da guerra, vindo a casar-se com um médico americano rico. Esta e outras informações encontram-se no livro de FRANCIS, op. cit. p. 340-1.

²² BEAUVOIR, op. cit. p. 77.

²³ BEAUVOIR. *Sob o Signo da História*. Op. cit. p. 129.

A intensa programação em Nova Iorque possibilitou um melhor compreensão das grandezas e misérias da civilização americana:

Eu estava bem disposta para amar a América; era, sim, a pátria do capitalismo, mas contribuíra para salvar a Europa do facismo; a bomba atômica assegurava-lhe a liderança do mundo e fazia com que não precisassem temer coisa alguma: os livros de certos liberais americanos tinham-me persuadido de que a grande nação americana possuía uma consciência clara e serena de suas responsabilidades. Caí do alto: em quase todos os intelectuais, mesmo os que se diziam de esquerda, medrava um americanismo do digno do chauvinismo do meu pai. (...) Seu anticomunismo beirava a neurose; olhavam para a Europa, para a França, com uma condescendência arrogante²⁴.

A estada em Nova Iorque prolongou-se pela decisão de M. de permanecer mais tempo ao lado de Sartre que, então, solicitou a Simone que não retornasse à Paris. Foi nesta ocasião que ela conheceu Nelson Algren, um escritor pouco convencional²⁵, por quem se apaixonou. Com Algren, Simone conheceu a América do “outro lado”:

Foi durante essas duas semanas que descobri Chicago: as prisões, os postos de polícia e os line-up, os hospitais, os matadouros, os bairros pobres, com seus terrenos baldios e suas urtigas. Vi poucas pessoas²⁶.

A relação amorosa estabeleceu-se tendo como premissa a proeminência do pacto com Sartre. Os encontros dependiam das eventuais férias de Simone e se davam sempre nos Estados Unidos, cerca de cinco ou seis encontros até outubro de 1950. Esse período tem seu ponto final com a decisão de Simone de não romper seu pacto de prioridade com Sartre, e, da mesma maneira, de continuar centrando sua vida na atividade intelectual, na França. Algren exprimiu sua dor e inconformidade numa carta da qual Simone transcreveu o seguinte trecho:

²⁴ Idem, p. 130.

²⁵ “Quando ela se encontrou com Nelson Algren, ele era considerado um escritor importante, um jornalista agressivo e também poeta. Era a personificação do eterno rebelde, um verdadeiro herói de cinema”. In FRANCIS, op. cit. p. 334.

²⁶ BEAUVOIR, op. cit. p. 142.

Podemos conservar sentimentos por alguém, mas não aceitar que comandem e perturbem toda a nossa vida. Amar uma mulher que não nos pertence, que faz passar outras coisas e outras pessoas à nossa frente, sem que seja possível jamais passarmos em primeiro lugar, não é aceitável. Não lamento nenhum dos momentos que tivemos juntos. Mas desejo agora outro gênero de vida, com uma mulher e uma casa que sejam minhas... A decepção que senti há tres anos, quando compreendi que sua vida pertencia a Paris e a Sartre, já envelheceu agora, já embotou. O que tentei fazer, depois, foi retomar minha vida de você. Amo muito minha vida, não me agrada que ela pertença a alguém tão longínquo a alguém que vejo apenas algumas semanas por ano...²⁷

Assim, tanto M., a amante preterida de Sartre, quanto Algren, o amante preterido de Simone, encontraram-se naquela posição dos terceiros que não foram consultados com respeito ao pacto Sartre e Simone. Algren e Simone vieram a se encontrar novamente quase dez anos depois, mas como sempre partiu dele a proposta de permanecerem juntos era dele a mágoa por ter sido preterido e, mais do que isto, de ter tido sua privacidade totalmente desvendada com a publicação de suas cartas amorosas por Simone. Consta que Nelson Algren manteve junto a si, até sua morte, as quase 2 mil páginas escritas por Simone, narrando seu cotidiano, falando de sua intimidade e, acima de tudo, revelando-se uma mulher apaixonada²⁸.

UMA VIDA FORA DOS CÂNONES BURGUESES E DA NORMATIVIDADE HETEROSSEXUAL

Simone não tinha ambiguidades com respeito às restrições impostas pela maternidade. No entanto, foi materna com Sartre, cuidando dele como se cuida de um bebê, escrevendo até o seu diário da velhice. Mas, de qualquer maneira, rejeitando a gravidez e a maternidade Simone também rejeitava a família burguesa e o estilo de vida do lar-doce-lar. Nisso residiu a força de Simone: poder se dedicar integralmente ao trabalho intelectual e produzir uma obra notável. Não foi ela, quem estabeleceu uma espécie de metodologia

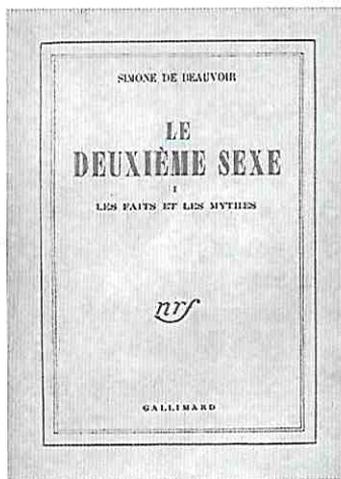
²⁷ BEAUVOIR, op. cit. p. 254.

²⁸ FRANCIS, op. cit. p. 342-52.

para o estudo de gênero com a famosa frase “não se nasce mulher, torna-se”? Não é exatamente essa a substância do conceito de “relações de gênero”?

O casal Sartre e Simone, por outro lado, pode ser pensado como o protótipo do modelo do dink (double income no kids). Simone optou por viver no masculino, ou seja, segundo aquilo que em seu tempo era prerrogativa do homem: não se ocupar com afazeres domésticos, ter um trabalho relevante, poder flunar pelas ruas e frequentar bares e cafés, enfim, exercer a liberdade masculina. Este modelo era incompatível com a maternidade e a vida familiar. Simone foi fiel à sua escolha até o fim. Graças à sua obra e vida muitas mulheres passaram a enxergar o mundo de forma diferente e a lutar pela igualdade com os homens. Atentas aos ensinamentos de Simone, que enfatizava a importância da autonomia financeira, as mulheres, nas sociedades industriais do mundo ocidental, puderam lutar pelo direito ao trabalho assalariado, ao anticoncepcional, pelo direito de se casar sem ter de adotar o sobrenome do marido, de se divorciar sem ser taxada de mulher fácil, de encontrar creches e outras formas de auxílio às funções maternas.

Essas conquistas possibilitaram, entre outros benefícios, que muitas mulheres pudessem conciliar trabalho remunerado e maternidade. Pois, para muitas de nós, um projeto de vida que deixasse de lado a maternidade era deixado de lado uma experiência constitutiva da feminilidade. Ao mesmo tempo, os ensinamentos e o exemplo de Simone ajudaram a tornar socialmente aceitável a decisão de não ter filhos, de não se casar, de organizar uma vida autônoma. Na verdade, Simone “desconstruiu” a suposta universalidade do “ser mulher” e apontou para outras vias e opções para todas aquelas que ousassem querer.



II. A CORAGEM DE PAGU

VIDA/OBRA

Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu, pertence à vanguarda, se por esse termo entendermos aquela que está na frente do seu tempo: numa época em que a regra para as moças de boa família era casar-se bem, ser boa esposa, mãe e dona de casa, a jovem Patrícia escandaliza com suas saias curtas e boca pintada de vermelho. Com coragem e determinação, enfrenta uma sociedade provinciana, opondo-se a muitas das principais convenções de seu tempo. Sua extrema versatilidade se consubstancia não somente em cartas, artigos, poesias, romances, como também na procura de novas experiências de vida.

Não é fácil escrever sobre Patrícia Galvão, dada a quantidade de personagens que sua identidade legal esconde. Patrícia é Zaza na infância. Patsi quando escreve os primeiros poemas. Aos 22 anos é Mara Lobo, autora de um “romance proletário”. Nos anos seguintes, militante comunista clandestina, no Brasil e na França. Entre 1934 e 1935, correspondente internacional dos jornais Correio da Manhã, Diário Nacional e Diário da Noite. Acusada de envolvimento na revolução de 1936, é a primeira prisioneira política do Brasil, permanecendo encarcerada por quase cinco anos nos presídios da ditadura getulista (antes de completar 30 anos de idade). Escritora de livros policiais em 1944. Funcionária da agência de notícias France-Presse. Articulista, com o pseudônimo Ariel, no jornal A Noite, de São Paulo. Fundadora da Associação dos Jornalistas Profissionais de Santos. Tradutora de Ionesco. Diretora de teatro. Crítica literária. Candidata a deputada estadual por São Paulo, em 1950. E ao longo de todos estes acontecimentos, mãe de Rudá Andrade e Geraldo Galvão Ferraz.

No entanto, de todas as personagens vividas por Patrícia Galvão a mais conhecida, sem sombra de dúvidas, é a Pagu jovem libertária, heroína política e feminista *avant-la-lettre*, que antecipa em muitos anos os temas, questões e dilemas que emergiram com o feminismo dos anos 70.

PATRÍCIA GALVÃO: BIOGRAFIAS E AUTOBIOGRAFIA

Patrícia Galvão: Pagu Vida-Obra, editado por Augusto de Campos, em 1982, constitui o mais abrangente estudo biográfico dentre o conjunto das obras inspiradas em sua trajetória de vida. O livro, composto por textos, testemunhos, trechos das obras literárias e uma galeria de fotos, permanece a obra de maior fôlego sobre nossa heroína. Constitui, sem sombra de dúvida, a mais importante e completa coletânea sobre Patrícia Galvão.

Outros textos e biografias privilegiaram aspectos determinados da vida e da obra de Patrícia Galvão. A fascinação pela personagem Pagu, enquanto mulher linda e transgressora, é evidente nos estudos de Lúcia Teixeira Furlani. O interesse dessa autora por Pagu tomou vulto em dezembro de 1988, por ocasião do seu discurso de posse numa cadeira da Academia Feminina de Ciências e Artes de Santos, que tem Pagu como patrona. O texto original recebeu alterações e foi publicado com o nome de PAGU – Patrícia Galvão: livre na imaginação, no espaço e no tempo.

Não obstante o mérito de divulgar uma extensa iconografia, com desenhos, fotos e textos, o livro peca pela superficialidade e grandiloquência. Assim, uma simples foto de Pagu em traje de banho vem acompanhada por comentários disparatados:

... seu impulso generoso e apaixonado de busca incessante da essência humana e das melhorias das condições de vida sobre o planeta transporta-a numa escadaria imaginária para bem alto.. bem alto... e a lança numa ponte de sobrevivida...

... De onde espia... a eternidade (Furlani, 1999, pp. 83-4).

O reconhecimento acadêmico da importância e atualidade da obra literária de Patrícia Galvão é relativamente recente e influenciado pela presença de intelectuais feministas nas universidades. Mariza Corrêa apresentou Pagu no primeiro número da revista Cadern (1993), do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp, chamando atenção para sua capacidade “em abrir novos caminhos e incorporar velhos saberes” (Corrêa, 1993, p. 17). Dez anos depois, em 2003, Telma Guedes publicou um estudo cuidadoso de Parque Industrial:

Além de apresentar, nos enredos que envolvem seus personagens proletários, questões profundamente relevantes não abordadas até então (como a questão racial, a repressão das energias eróticas no mundo do trabalho industrial, a prostituição e outras formas igualmente terríveis de exploração sofridas pela mulher), interage intensamente com os problemas de representação artísticas na modernidade e, em particular, com o romance moderno (Guedes, 2003, pp. 65-6).

A profunda afinidade entre a história de Pagu e a de muitas feministas da nova esquerda comprova-se também no caso de Lia Zatz, militante feminista dos anos 70 e autora de livro destinado ao público juvenil, Pagu. Zatz propõe uma reflexão sobre a trajetória de Patrícia Galvão e o escândalo que seu comportamento causava, recordando que

Na época de Pagu, mulher não podia, não valia nada. Nada de nada. Era educada pra casar, ter filhos e cuidar da casa. Votar? Não podia. Passear sem um homem acompanhando? Nem pensar. Trabalhar? Só as mulheres pobres, que trabalhavam igual aos homens, mas ganhavam muito menos. Fazer faculdade? Não podia. Se queria estudar tinha que se conformar em fazer Escola Normal, para ser professora. E mesmo assim correndo o perigo de virar mulher falada. Divórcio? Cruz-credo! Mulher separada? Nem sonhar! (Zatz, 2004, p. 27).

Finalmente, temos a publicação de um texto pungente de Pagu escrito aos 30 anos de idade, na forma de uma carta a Geraldo Galvão, então seu marido e companheiro, no qual ela faz o balanço de sua vida. Por decisão dos filhos, a carta foi publicada em 2005 como título de *Paixão Pagu – A autobiografia precoce de Patrícia Galvão*. A leitura dessa carta tão pessoal e reveladora causa um certo constrangimento, pois Pagu adverte que “não estou escrevendo autobiografia para ser publicada ou aproveitada. Isso é para você ter um pouco mais de mim mesma, das sensações e emoções que experimentei” (Pagu, 2005, pp. 99-100). No entanto, o texto nos permite entender de uma maneira menos idealizada sua trajetória e o preço que pagou por suas opções políticas e amorosas.

A MUSA MODERNISTA

Se procurarmos a explicação do por que o fenômeno modernista se processou em São Paulo e não em qualquer outra parte do país, veremos que ele foi uma consequência de nossa mentalidade industrial. São Paulo era de há muito batido por todos os ventos da cultura. Não só a economia cafeeira promovia os recursos, mas a indústria com a sua ansiedade do novo, a sua estimulação do progresso fazia com que a competição invadisse todos os *campos* de atividade.¹

Como fica notório pela citação acima, Oswald de Andrade – ademais de poeta e escritor – foi um sociólogo nato, profundo conhecedor da mentalidade paulistana. Acertadamente entendeu que a novidade de S. Paulo não vinha do café, mas da mão de obra livre consumidora de bens industriais e condição indispensável para o desenvolvimento das forças produtivas. Com o capitalismo industrial, São Paulo rompeu com a hegemonia da lavoura e as relações sociais de produção capitalistas invadem todos os setores e campos de atividade.

É preciso lembrar que na semana de arte de 1922, Pagu tinha apenas dez anos de idade e vivia numa cidade do interior dominada, como as demais do país, pelo coronelismo da Primeira República. Aos 18 anos é apresentada por Raul Bopp ao casal Tarsila do Amaral /Oswald de Andrade.

Meses depois, *Para Todos* (RJ, 29/06/1929 p. 29) traz na sessão “Sociedade Paulista” uma foto de Pagu, linda, no estilo Theda Bara, com cabelos compridos, olhos e boca ressaltados pela maquiagem. Na legenda é apresentada como a mais nova colaboradora da revista: “normalista, pinta bonecos e é declamadora”.

Em pouco tempo, Pagu passa a circular na elite intelectual do modernismo paulista. A jovem normalista é louvada em versos e em desenhos pela vanguarda antropofágica, tornando-se uma espécie de musa aos 19 anos.

A relação amorosa entre Pagu e Oswald deve ter se iniciado em data próxima ao diário de ambos – Romances – em maio de 1929. Nesse período, colabora na Revista de Antropologia com um desenho. Em 28 de dezembro

¹ “O Modernismo”, depoimento publicado na revista *Anhembi*, ano V, n. 49, vol. XVII, dez. 1954, São Paulo, pp. 32-32, apud Andrade Olavo, *Obras Completas, Pau-Brasil*, p. 8.

do ano seguinte, grávida de Oswald, ela se casa com o pintor Waldemar Belisário para salvar as aparências. O casamento é anulado um ano depois pois “se o lar da Tarsila vacila é pelo angu da Pagu”². No dia 5 de janeiro de 1930, Pagu e Oswald firmam um compromisso verbal de casamento no cemitério da Consolação.

PATRÍCIA GALVÃO COMUNISTA

Na sua carta autobiográfica a Geraldo Ferraz, Pagu desfaz o mito acerca de seus encontros políticos-literários na Argentina, para onde tinha viajado na tentativa de entrevistar Prestes. O encontro acaba não acontecendo e ela conhece as agruras de uma mulher isolada num meio de intelectuais machistas, como o escritor Jorge Luis Borges que “quis se despir no meu quarto cinco minutos depois de me conhecer. Fazer lutinha comigo. Gente sórdida” (Galvão, 2005, p. 72).

Em compensação, faz um grande elogio a Astrogildo Pereira, “o primeiro comunista de destaque” que conhece na sua atividade política e que era, antes de tudo, “o intelectual que me contava coisas novas, para meu prazer intelectual”. Galvão, 2005, p. 74) Graças à convivência com Astrogildo, Oswald começa a interessar-se pelas doutrinas sociais.

Em 1931, Pagu e Oswald lançam em São Paulo O jornal *O Homem do Povo*, que após oito números é fechado pela polícia e empastelado pelos estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Coerente com suas heroínas proletárias, Pagu filia-se ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB, atua na imprensa comunista e vai morar numa vila operária. A descrição que faz da “proletarização” a que foi submetida por ordem da direção do partido é um testemunho acerca da rigidez e do sectarismo. Mesmo assim, anos depois, com emoção que recorda a dedicação e o companheirismo dos companheiros reunidos clandestinamente num encontro do PCB:

Do que pude ouvir na Conferência, das discussões a que assisti, das resoluções políticas adotadas, achei magnífico, perfeito, lógico, justo. Vendo as figuras encovadas, sorridentes, amarelas dos companheiros que se despediam como irmãos, senti um bem-

² Amaral, Aracy (*Tarsila* p. 291) apud/Campos.

estar envolvente. Minha alegria se penetrava de uma fé absoluta. E a minha convicção era inexpugnável. O proletariado brasileiro guiado por uma vanguarda daquela têmpera se libertaria, seria vitorioso, dentro de pouco tempo (Galvão, 2005, p. 102).

Em 1933, Pagu publica o livro *Parque Industrial* sob o pseudônimo de Mara Lobo. Considerado planfletário, no que foi amplamente criticado à época, o livro inaugura uma literatura política militante cujo valor passou a ser ressaltado pela crítica mais recente. Ademais, como bem observa Mariza Corrêa, o texto de Pagu/Mara Lobo, inova pelo estilo instantâneo com que retrata “a vida na cidade industrial e seus personagens efêmeros, descartáveis”. Isso é, trata-se de um texto cinematográfico que “poderia ser lido hoje, como se fosse o roteiro de um vídeo” (Correa, 1993, p. 15).

Além do ritmo cinematográfico, o livro denuncia a dupla moral sexual e o uso que os filhinhos de papai faziam das operárias pobres. Em poucas linhas, Pagu descreve a lógica incursão dos riquinhos no bairro operário do Brás, aproveitando os festejos do carnaval:

Todas as meninas bonitas estão sendo bolinadas. Os irmãozinhos seguram as velas a troco de balas. A burguesia procura no Brás carne fresca e nova. (...) O Carnaval continua, Abafa e engana a revolta dos explorados. Dos miseráveis. O ultimo quinhentos reis no último copo (Lobo, 1994, pp. 40-1).

O carnaval é o narcótico do povo e a burguesia, não contente em explorar a mão de obra operária na indústria, corrompe e prostitui as filhas dos pobres. Muitas dessas “aventuras”, que faziam parte do aprendizado sexual dos jovens de classe média e alta terminavam em gravidez e nascimentos indesejados. Os pais biológicos negavam a paternidade, como no caso da operária Corina seduzida e enganada pelo burguês Alfredo, não obstante os alertas de Otávia/Pagu:

- Corina, você não percebe quem é o Arnaldo?. Ele não passa de um horrível burguês! Logo se saciará de você! Eles são sempre assim...
- Mas nós somos noivos...
- Ele nunca casará com você, Ele não terá a coragem de procurar uma esposa fora de sua classe. O que ele faz é só seduzir as

pequenas como você, que desconhecem o abismo que nos separa dele (Lobo, 1994, p. 47).

Tal como previsto, Alfredo “jura que o filho não era dele”, deixando Corina na rua da amargura (nesse sentido, como não sentir um alívio com a revolucionária descoberta do DNA que pode comprovar a paternidade, tal como garante a atual constituição brasileira?). Ao denunciar a prática de classe machista do defloramento que terminava em gravidez não assumida pelo pai, Pagu funde opressão de gênero e de classe numa só categoria. O feminismo burguês não a interessa. Ela ironiza um encontro de mulheres pelo direito ao voto:

... o alvoroço das mulheres entrando. São as emancipadas, as intelectuais e as feministas que a burguesia de São Paulo produz. Burguesas preocupadas em garantir seu direito a voto mas excluir a operaria (Lobo, 1994, p. 66).

Em 1935, Pagu é condenada a dois anos de prisão por causa do levante comunista. Em 1937, antes de cumprir a pena, foge do hospital Santa Cruz, para onde fora levada por problemas de saúde. Em 1938 torna a ser presa e é condenada a mais dois anos de prisão pelo Tribunal Nacional de Segurança do Estado Novo getulista. A burguesia até toleraria modernismos literários e liberdade sexual, mas nunca a opção pelo comunismo. Uma opção particularmente corajosa pela qual Pagu pagou o terrível preço da tortura e de quase cinco anos de confinamento.

OSWALD ANDRADE E GERALDO FERRAZ

Como foi dito anteriormente, a carta autobiográfica de Pagu tem uma dimensão expiatória, uma espécie de exercício de passar a vida a limpo. Nela, a autora pudicamente menciona uma vida sexual complicada. Oswald era um egoísta sem muita sensibilidade, a quem Pagu responsabiliza pela aversão aos homens que sentiu por muitos anos. A história é a dos desencontros. Oswald querendo viver uma relação aberta e Pagu fingindo que topava.

Depois vieram os outros casos. Oswald continuava relatando sempre. Muitas vezes fui obrigada a auxiliá-lo para evitar complicações até com a policia de costumes. O meu sofrimento mantinha a parte principal da nossa aliança. Oswald não era essencialmente sexual, mas perseguido pelo esnobismo casanovista, necessitava encher quantitativamente o cadastro e conquistas. Eu aceitava, sem uma única queixa, a situação (Galvão, 2005, p. 64).

Ela revive as dores, nomeia o próprio egoísmo quando reconhece que largou o filho bebê pois não aguentava ser mãe (conflito que outras escritoras viveram, recusando a maternidade, como *Virginia Woolf* e *Simone de Beauvoir*, para mencionar as mais conhecidas). Ela não se poupa nem se auto-justifica pelo abandono do filho:

Arrancar o seio do bebê quando ele é ainda tão novinho... Quando uma doença grave principia a renascer... Partindo, deixei o alvorecer dos primeiros sorrisos e não pude acompanhar os sintomas que se gravam no olhar da primeira compreensão humana. Deixei tudo isso, sem querer confessar que o meu interesse materno era menor que meu desejo de fuga e expansão (Galvão, 2005, p. 69).

Mas as revelações mais amargas concernem à sua militância política. O generoso afã de participar da libertação dos povos vai sendo desgastado pelas deformações do partido comunista e do comunismo soviético. Pagu relembra os grandes sonhos acalentados com respeito ao comunismo soviético e a relação de quase sujeição a que se submetera no afã de se entregar à causa da revolução.

Mais doloroso deve ter sido revelar sua ambiguidade com respeito ao seu próprio corpo e à sua dignidade pessoal. Ela nos conta como repeliu a sugestão de trocar “serviços sexuais” por informações, formulada pelo seu contato com o PC com duras palavras: “você pensa que sou uma prostituta?”, etc. Para, em seguida, se dispor a “entregar-se em troca de informações e passaportes” (Galvão, 2005, p. 133).

O relato de Pagu termina abruptamente, deixando muita coisa em suspenso. Nos dez anos seguintes, *Patrícia Galvão* será inseparável de *Geraldo Ferraz*, como comprova sua produção literária e as fotos do período. Desaparece a linda jovem, musa modernista, que causava escândalo nos moralistas e enfrentava desbocada as agressões verbais. Depois das tristes fotos do período da prisão, a *Patrícia* que sobreviveu à musa modernista

e à militância política – Mara Lobo – tem uma permanente sombra nos olhos e um rictus amargo no canto da boca.

PRECURSORA DA NOVA ESQUERDA

A história de Pagu, para além de tudo que tem de pessoal e única, é um retrato dos limites políticos e culturais da esquerda brasileira nos anos 30/40 e, muito especialmente, da esquerda comunista. Prisioneira dos valores e preconceitos de sua época, a esquerda era machista e moralista.

Em 1950, desiludida com o sectarismo do PCB e vítima sobrevivente da ditadura getulista, ela proclama em seu panfleto eleitoral ser “contra uma esquerda totalitária que distribui palavras de ordem arruinando a democracia e contra uma direita reacionária que não quer ver que a civilização atual esgotou as suas possibilidades de permanência dominante” (apud Campos, p. 27).

Pagu morre em 1962, dois anos antes do golpe militar de 1964, que se auto-intitulou de “revolução” e se notabilizou pelo moralismo e o conservadorismo das bandeiras de Deus, Família e Propriedade. Para a juventude que aspirava por maior liberdade na vida pessoal, a ditadura foi um duro golpe. A moral cristã era tão onipresente, que nas invasões realizadas pela polícia no CRUSP, os aposentos estudantis da USP, as pílulas anticoncepcionais constituíam prova incriminadora, tanto quanto as bombas molotov.

Nos anos seguintes, a radicalidade da experiência da luta armada deixará marcas profundas nos jovens de ambos os sexos que nela se envolveram. Levando-se em conta o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada representa uma enorme ruptura com relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens. Um contingente ponderável de jovens brasileiras conhece os mesmos sofrimentos que a jovem Pagu quando foi presa, torturada e encarcerada pela ditadura getulista. E, como ela, a maior parte seguirá lutando por seus ideais libertários e revolucionários.

PAGU E A UNICAMP: O NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO PAGU E A REVISTA CADERNOS PAGU

Na minha infância eu ouvi falar de Pagu, uma comunista presa na ditadura de Getúlio Vargas (1937-42) e de sua beleza e coragem. A primeira prisioneira política do Brasil, ao que tudo indica. Ela sempre me vinha

à cabeça durante a ditadura militar de 1964-85, quando centenas de jovens fizeram a mesma escolha: enfrentar a repressão militar e a hipocrisia moral da Igreja e das classes médias.

Em 1993, ano em que ingressei na Unicamp, como professora doutora do Departamento de Sociologia do IFCH também foi o ano de inauguração do Núcleo de Estudos de Gênero- Pagu. É verdade que muitas instituições e grupos feministas também homenageiam Pagu, nomeando seus centros de pesquisa; seus arquivos etc. com seu nome. Mas que outra universidade prestou essa homenagem à Pagu?

O Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu integra o Sistema COCEN (Coordenadoria de Centros e Núcleos) vinculado à reitoria da Universidade Estadual de Campinas, que congrega 21 centros e núcleos interdisciplinares. A institucionalização do Pagu (1993) foi resultado do trabalho de pesquisadoras inseridas em campos disciplinares distintos que buscavam dialogar com as teorias feministas e de gênero. A interdisciplinaridade, marca das pesquisas realizadas no Pagu, ramifica-se pelas diversas vertentes da problemática associada ao conceito de gênero – sociais, econômicas, antropológicas, históricas, políticas –, e estrutura-se em diversas linhas de pesquisa.

Também em 1993 foi publicado primeiro número da revista *Cadernos Pagu*. O objetivo da publicação seria “através do trabalho conjunto, aprofundar-se no conhecimento em torno das categorias de gênero”. A revista em 2015 completou 45 números e é indexada pelo Scielo e inúmeras outras.

Um outro acontecimento insólito consolidou os laços da Pagu com a Unicamp. É o desfecho de uma história de ciúmes, pois por ocasião da morte de seu marido Geraldo Ferraz, que tinha sido o amor de maturidade e marido de Pagu, sua viúva resolve jogar no lixo todos os pertences de Pagu que passaram para suas mãos após a morte de Geraldo. Por sorte, uma catadora de lixo reciclável, Selma Sartí, encontrou os despojos, percebeu sua importância e os entregou formalmente ao IEL da UNICAMP. Para os detalhes dessa tentativa de sumir com a lembrança de Pagu, acessar: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/junho2004/ju257pag06.html.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Oswald. *Os condenados. Obras Completas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.
- CAMPOS, Augusto de. *Pagu, Vida e Obra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.
- CORRÊA, Mariza. A propósito de Pagu in *Cadernos Pagu*, pp. 7-17.
- GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu. Uma biografia precoce de Patrícia Galvão*. Organizador Geraldo Galvão Ferraz, Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- Parque Industrial*. Porto Alegre, São Paulo, EDUFScar, 1994.
- GUEDES, Thelma. *Pagu. Literatura e Revolução: um estudo sobre Parque Industrial*. Cotia.SP: Ateliê Editorial: Nanquim Editorial, 2003.
- FURLANI, Lucia M.Teixeira. *Pagu*. Patrícia Galvão. Santos: Editoras Unisanta, 4 ed., 1999.
- FURLANI, Lucia M.Teixeira. *Croquis de Pagu*. Santos (SP) UNISANTA; São Paulo: Cortes, 2004.
- ZATS, Lia. *Pagu*. São Paulo: Instituto Calllis, 2005.

PAGU

Rita Lee e Zelia Duncan

Mexo, remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão
Hum! Hum!

Eu sou pau pra toda obra
Deus dá asas à minha cobra
Hum! Hum! Hum! Hum!
Minha força não é bruta
Não sou freira, nem sou puta

Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem

Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem

Ratatá! Ratatá! Ratatá!
Taratá! Taratá!

Sou rainha do meu tanque
Sou Pagu indignada no palanque
Hanhan! Ah! Hanran!
Fama de porra louca, tudo bem!
Minha mãe é Maria Ninguém
Hanhan! Ah! Hanran!

Não sou atriz, modelo, dançarina
Meu buraco é mais em cima

Porque nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone

Sou mais macho que muito homem

Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem

Nem toda feiticeira é corcunda
Nem toda brasileira é bunda
Meu peito não é de silicone
Sou mais macho que muito homem

Ratatá! Ratatá!
Hiii! Ratatá
Taratá! Taratá!



Instituto
Paulo Freire

Educar para transformar



Nossa homenagem

Pagu sempre esteve à frente de sua época. Inovadora e libertária, participou intensamente da fase antropofágica do Modernismo, em 1929. Militante comunista, jornalista e escritora, lutou pela causa dos oprimidos e foi a primeira mulher a ser presa por motivos políticos no Brasil.

"Sonhe. Tenha até pesadelos, se necessário for. Mas sonhe."

Patrícia Galvão (Pagu)

(9 de junho de 1910 – 12 de dezembro de 1962)

Instituto Paulo Freire | www.paulofreire.org | T.: 55 11 3021 5536 | ipf@paulofreire.org



Esse crime,
o crime
sagrado de
ser divergente,
nos o
cometeremos
Sempre

PAGU



III. LEILA DINIZ E A ALEGRIA DE VIVER

A LEILA DINIZ DE INÍCIAS LEMBRANÇAS

Leila Diniz é uma mulher de minha geração. Igual a outras filhas das classes médias urbanas, estudamos em colégios particulares; derrubamos o tabu da virgindade e partíamos dos acontecimentos políticos dos anos setenta. Mas cada qual em sua trincheira. O que proponho como tema de reflexão é justamente o inventário das representações de Leila Diniz, especialmente como símbolo e ideal de um Brasil Moderno.

A primeira imagem que me vem quando ouço o nome de “Leila Diniz” é de uma mulher jovem, recém-saída da adolescência, buliçosa, de corpo generoso e sorriso contagiante, sem se falar do calor do olhar. A heroína de “Se todas as mulheres do mundo”, em que atriz vivia muito de sua própria história¹ registrada pela câmara amorosa de Domingos de Oliveira, autor do apaixonado poema em que fala da amada, de sua boca que é como um berço onde nasci; do corpo que para compreendê-lo é preciso muita convivência. E, num suspiro final: Tua alma é teu corpo. Identifiquei-me imediatamente com as lutas e o final da heroína, dividida entre um ideal de auto-realização e os limites sociais de sua época. Tudo terminando, evidentemente, num final feliz: a heroína reconciliada com o herói e a comemoração do aniversário do rebento.

O segundo grande impacto foi lá no exílio francês quando, abrindo o jornal alternativo *OPasquim* (n. 96), em meados de 1971, deparei com Leila sorridente, com os braços acalentando a barriga proeminente, a grávida do ano. Mas, o maior impacto de todos foi a foto mais sensacional é aquela em que ostenta o barrigão de grávida sem o tradicional maiô de gravidez que deveria esconder o “estado interessante”. A principal sensação que ela passava: estar de bem com a vida, de biquíni, jogando frescobol, sorrindo, num bem estar feliz que incluía o belo cenário do Rio de Janeiro.

Em termos de “imagens” de mulher as fotos e declarações de Leila marcam uma época. Sua participação no “teatro rebolado” – e a foto em que fantasiada de Carmem Miranda amamenta filha Janaína, no intervalo do espetáculo, falam desta tentativa de Leila, como a de outras mulheres de sua

¹ No entanto nada a ver com a história “politicamente correta” e cheia de clichês feministas da “dupla” Malu-Mulher/Regina Duarte, de meados dos anos setenta.

geração, de viver plenamente a dimensão pessoal e a dimensão profissional. No entanto, Leila também sofria das tensões da conciliação entre maternidade e autonomia pessoal; entre criar uma criança e desempenhar uma profissão.

Leila viveu a primeira geração da “revolução sexual”: vários namorados, casamento pós maternidade, rompimento com o casamento, etc. Sua vida é bem representativa dos conflitos gerados pelas mudanças nos papéis femininos. Foi precursora do projeto do casal igualitário² e sofreu a tensão entre projetos pessoais e as necessidades infantis, dilema ainda não superado pelas mulheres que, ademais de terem uma vida afetiva e profissional desejam também conhecer a maternidade.

Todavia, ninguém foge ao seu destino, diz o preceito árabe. O que estaria fazendo Leila, em junho de 1971, na Índia, longe da filha Janaína, um bebe de 8 meses?

AS VÁRIAS LEILAS

LEILA DINIZ E OS ANOS 60

Ela faz parte da geração da mudança e do individualismo. O ideário de Leila é muito semelhante ao “o seu amor, ame-o e deixe-o livre para amar” dos novos baianos. Representa o projeto de “autenticidade”, de fuga dos esquemas de vida e pensamento da velha classe média. Neste sentido Leila Diniz viveu um ideal de modernidade ao mesmo tempo em que foi fetichizada como expressão da modernidade da juventude carioca dos anos sessenta (que incluía uma ala mais politizada). A agitada vida sociocultural do Rio de Janeiro – na transição para Brasília – quando o Rio ainda era capital Federal – contrastava com a seriedade paulista. Assim, Leila Diniz também é expressão do narcisismo praieiro dos cariocas e, depois dela, só a tanga de crochê dos ex-guerillheiro Fernando Gabeira causou tanto sucesso, no chamado “verão da abertura”.

² Giddens, Anthony. *A transformação da intimidade. (Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas)*. São Paulo, Editora UNESP, 1992.

A MUSA DO PASQUIM

Pelo sucesso da fórmula e a diversidade existente numa equipe de colaboradores permanentes que incluía Ziraldo, Flávio Rangel, Paulo Francis, Henfil, Ziraldo e Tarso de Castro (entre outros), bem como pela longevidade, o jornal alternativo Pasquim está a merecer um estudo mais cuidadoso. Nos limites deste texto, vale lembrar que, durante os anos setenta tornou-se o porta-voz dos modismos da esquerda carioca e dos anos dourados de Ipanema. Leila, legitimamente era a garota de Ipanema quando afirmava que “o único compromisso que tenho é com o sol”.

Analisando os fatos com o olhar de hoje, fica mais evidente a importância que a própria Leila tinha para divulgar o jornal cujas edições acusavam a popularidade de Leila. Após a famosa entrevista dada à equipe do Pasquim, em junho de 1969, em que Leila falou abertamente de sua vida e de opiniões, usando palavras, quando necessário, o sucesso foi de tal ordem que o Pasquim chegou a uma tiragem de 200 mil exemplares!

A LEILA DA COLEÇÃO “ENCANTO RADICAL”

Leila Diniz, enquanto “ideal modernizador” é o tema do livro de Claudia Cavalcanti.³ A autora reúne dados e fatos sobre a vida de Leila que constituem documentos biográficos interessantes, muitas vezes prejudicados, no entanto, pela dificuldade da autora em controlar suas próprias fantasias. Ela acredita tratar-se de uma grande identidade entre dois temperamentos rebeldes e impetuosos e se auto-define da seguinte maneira: a maior chatice de ser Cláudia é ter que aturar as pessoas que não perdoam os meus apenas dezenove anos, a melhor idade de viver apaixonada e escrever paixões”. Já na escolha do proposição Por que durar é melhor do que inflamar?, de Roland Barthes, Claudia condensa seu ponto de vista juvenil que também servirá de ótica de análise: o importante é viver intensamente. (Penso, ao contrário, que Joana D’Arc teve ter tido suas dúvidas na hora em que o fogo começou a consumi-lá”: “melhor durar do que inflamar”, deve ter pensado a heroína de Orléans).

³ Cavalcanti, Claudia. *Leila, uma paixão*. São Paulo: Brasiliense (Coleção “Encanto Radical”), 1983.

São muitas as evidências de que a Leila Diniz do livro é uma ‘projeção’ da Cláudia tanto no sentido de atribuir seus próprios sentimentos e pontos-de-vista à Leila quanto em projetar em Leila um certo “ideal de modernidade”. Daí a importância de mostrar uma Leila que sempre dava “a volta por cima” numa boa.

A infância de Leila, marcada pela perda da mãe e outras perdas, constitui um aspecto difícil de se banalizar. Não obstante, Cláudia Cavalcanti, dentro de sua ótica “tudo numa boa”, nos informa que: Leila faria parte da geração pós-guerra, o pessoal que mais balançou o coreto daquilo com que não concordou. Como a família-modelo por exemplo. A menina cresceu numa delas, das mais típicas. Nunca teve grandes traumas na infância (!!!), apesar de seu pai terem se separado quando ainda era pequena, mas o fato não pareceu influir na sua vida. “Seu” Nilton Diniz se casou novamente e dona Isaura assumiu as vezes da mãe dos rebentos da primeira união, o casal Elio e Ely, além de Leila. Do segundo casamento, Lúcia e Regina. Cinco irmãos felizes. O pai, bancário, a mãe adotada, professora.⁴ Quais os dados que Cláudia Cavalcanti tem para afirmar que Leila nunca teve traumas em criança e de que os cinco irmãos eram felizes?

Aos 14 anos Leila fugiu de casa e Cláudia transforma o fato em enredo de fotonovela: E lá se foi sapeca (sic) para Niterói, rumo à casa de uma amiga. Telefonava todos os dias para os pais, por um pouco de emoção na sua fuga. Finalmente, Cláudia tenta desdramatizar a morte de Leila com o seguinte comentário: Leila era viva demais pra querer voltar pra isso aqui. deve estar passeando pelas ruas da Índia, feliz e incógnita, rindo dos trouxas que suportam este caos por tanto tempo.⁵

A MATERNIDADE DE LEILA DINIZ

No entanto o material recolhido por Cláudia Cavalcanti permite também entender o fascínio causado por Leila nas mulheres de sua geração (e de outras). Primeiramente, acho que Leila representa o que existe de mais importante na experiência de ser mãe: o prazer da maternidade. Leila é a naturalização e erotização da maternidade. Exibindo a barriga, amamentando Janaína nos intervalos da peça em que estava trabalhando.

⁴ Op. cit. p. 10.

⁵ Idem, *ibidem* p. 76.

Num país de origens luso-africanas o culto à maternidade constitui uma tradição, entretanto, na sua versão católico-burguesa, a “santificação” da maternidade identifica a Virgem com a Mãe. Ao “corporificar” a maternidade, exibindo suas manifestações mais marcantes: a imagem da gravidez, de uma barriga inflada que contém um feto em desenvolvimento e a imagem da amamentação, uma boca infantil sugando o seio de uma mãe gozosa. Com Leila a maternidade assumiu sua dimensão de “mistério gozoso” ao invés de “doloroso” como era da índole das mulheres que exerciam a maternidade contra o próprio desejo: “A gravidez é um negócio maravilhoso. Dá uma sensação de absoluto; a gente fica completa. Acho que o negócio máximo de ser fêmea é estar prenhe.”

A sua disponibilidade amorosa e seu ponto de vista sobre as creches, sintetizados pela frase: “Deixar criança na creche e ir trabalhar? Não estou nessa, não”, “certamente causaram mal estar ao feminismo certinho que preconiza a solução da creche como panaceia universal, deixando sempre de lado a discussão sobre as necessidades e direitos das crianças. Leila falando de Janaina, conta que “esse nome pintou ontem na minha cabeça, depois que ela mamou. Rui gostou e ficou Janaína – tem um som bonito, musical. É a filha das águas. Uma transa muito minha e muito linda”. Ao mesmo tempo reconhece a própria fragilidade e os medos vividos com as responsabilidades maternas. “Tenho muito medo. Mas Janaína está aí. E eu também. Gosto dela com mais calor. E começo a amá-la de verdade. Ela sente. Acho que ela sente”. Leila foi generosa e viveu com a filha um primeiro ano marcado pela amamentação. “Gosto de mulheres que amamentam, acho que este é um grande presente que as mães podem fazer a seus filhos”. Leila permaneceu três meses cuidando de Janaina em tempo integral e assim comenta sua decisão:

Eu cansei de toda aquela agitação. Precisava de um pouco mais de calma e tranquilidade para colocar minha vida em ordem. Descobri, também que minha filha é a única coisa verdadeira que possuo. E, depois, ela está crescendo e precisando de mim. (...) Estou tão ligada nela que até me esqueço do resto do mundo..

Leila separou-se pela primeira vez da filha para participar de um festival de cinema na Austrália. Seria uma estada de umas duas semanas. Assim, saiu do Rio dia 6 de junho mas, com saudades, antecipou a volta: Não sei por que estou voando para a Índia. Que

tenho eu a ver com a Índia, se Janaína está lá na Barra, com a babá. Eu sou mesma uma louca. Que eu vi fazer aqui, no fim do mundo? Afinal, quem é a mãe de Janaína, eu, que estou aqui, ou a babá, que está com ela? Acho que estou ficando velha. Estou cansada.

Na madrugada do dia 14 de junho o avião que a conduzia de volta caiu perto de Nova Délhi. Leila Diniz, que já era mito em vida, multiplicou-se morta.

O MELHOR DE LEILA DINIZ

Em entrevista concedida ao *Jornal da Folha* de 6/10/94, em que a atriz Ana Maria Magalhães, fala de seu trabalho como diretora de um filme erótico, são feitas duas referências ao nome de Leila Diniz. Na primeira delas, ela fala de sonhos recorrentes: “Aquele de correr e não sair do lugar, gritar e não sair a voz. Já sonhei muito com a Leila Diniz”. Depois, quando se tratou de citar uma grande perda, Ana Maria Magalhães respondeu: “Leila Diniz, a minha amiga”. Admirável amizade que tem sobrevivido a tantos anos!

E, por fim mas não por último, a filha de Leila Diniz, Janaína, também no *Jornal da Folha*, fala de sua relação amorosa com o pai, o cineasta Ruy Guerra e das inúmeras mães – as amigas de sua mãe Leila, incluindo Marieta Severo – que cuidaram da filha da amiga morta. Assim, esta presença tão marcante de uma pessoa morta há mais de vinte anos transmite uma imagem da força amorosa de Leila Diniz.



IV. JUDITH BUTLER E A FILOSOFIA FRANCESA¹

EM TORNO DO “SUJEITO” E DOS PROCESSOS DE SUJEIÇÃO: ALTHUSSER E FOUCAULT

O inconsciente freudiano faz parte do psíquico, o que o impede de ser identificado (...) com o não psíquico ou com um efeito derivado do não-psíquico. Por isso, o inconsciente freudiano não é nem uma realidade material (corpo, cérebro, o *biológico*, o *psicofisiológico*) nem uma realidade social (as relações sociais definidas por Marx como determinantes dos indivíduos, *independentemente de sua consciência* (...)) Não é que Freud negasse a existência de uma relação entre o inconsciente, de um lado, e o biológico e o social, de outro. Toda a vida psíquica está *montada* sobre o biológico, graças às pulsões (Triebe) a que Freud considera como *representantes* enviados pelo somático ao interior do psíquico (...). Mediante esse conceito de representação Freud manifesta seu reconhecimento biológico da pulsão (que, no fundo, é sempre sexual) mas, mediante esse esmo conceito, libera a pulsão do desejo inconsciente de toda a forma de *determinação essencial* pelo biológico: a “pulsão” é um conceito limite que é, ao mesmo tempo, conceito desse limite, ou seja da diferença entre o somático e o psíquico (Althusser, 1999, p. 90).

Com a teoria psicanalítica, a crença no sujeito racional e na soberania da consciência entra em crise, reolocando o estatuto do sujeito. Ora, é exatamente aí que reside a convergência entre Lévi-Strauss, Louis Althusser, Jacques Lacan e Michel Foucault, vistos como “estruturalistas” nos anos 70: repensar a questão do sujeito, deslocando-o do campo do sujeito racional de Descartes.

Foucault, em entrevista concedida em 1978², observa que Althusser opunha-se à filosofia do sujeito impregnada pela fenomenologia e pelo humanismo que caracterizava o pensamento dominante no marxismo francês. Ao mesmo tempo, essas correntes faziam da *teoria da alienação a base teórica capaz de traduzir em termos filosóficos as análises político-*

¹ Texto apresentado no GT018- ESTUDOS DE GÊNERO: Teoria e Pesquisa no XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu-MG.

² FOUCAULT, Michel, *Dits e écrits*, II, p. 590.

econômicas de Marx, o que levou Althusser a retomar as análises de Marx e reelaborar a relação entre base econômica e as superestruturas política, jurídica e religiosa. Assim, enquanto Althusser, após romper com a concepção ortodoxa marxista sobre o sujeito, encontra na psicanálise, especialmente na sua versão lacaniana, o suporte teórico para o problema da produção do sujeito, Foucault será sempre um crítico da teoria do inconsciente e da psicanálise. Em comum, no entanto, a mesma empreitada radical de “colocar em questão a teoria do sujeito”.

Na atualidade é Judith Butler, filósofa norte-americana, autora do *Gender Trouble*, quem recoloca a questão da subjetivação através de uma leitura crítica de ambos os autores e de sua relação com a psicanálise. O presente trabalho pretende discutir – adotando a perspectiva psicanalítica – questões relacionadas ao feminismo e aos “movimentos identitários” a partir do tema da constituição do sujeito. Dito de outra maneira: até que ponto podemos pensar uma teoria de gênero sem o recurso à uma teoria da subjetivação, logo da “generificação?”

PROCESSOS DE SUJEIÇÃO: ALTHUSSER

A reprodução da força de trabalho exige não somente a reprodução de sua qualificação, mas, ao mesmo tempo, uma *submissão* às regras do respeito à ordem estabelecida. (Althusser, 1999, p. 76)

No texto *Idéologie et Appareils Idéologiques d’Etat*, publicado na revista *La Pensée* n. 151 (junho de 1970), Althusser comenta que qualquer criança sabe que a continuidade requer a reposição. No caso do modo de produção capitalista, trata-se da reprodução dos meios de produção e da força-de-trabalho. Assim, o sistema precisa re-produzir novos trabalhadores, isso é, mão de obra despossuída dos meios e instrumentos de produção. A produção dessa mão de obra implica em processo de sujeição ideológica, produzido pela ação das instituições e organismos de Estado (Escola, Igreja) e pelos aparelhos do Estado (Exército e Judiciário).

No campo marxista coube a Gramsci o mérito de ter entendido que o poder de Estado não se reduz ao aparelho repressivo, mas que é constituído por aparelhos ideológicos que garantem a adesão moral às regras do *status quo*. Althusser dá continuidade ao estudo gramsciniano, afirmando que “nenhuma classe pode deter duradouramente o poder de Estado sem exercer

ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado” (1976, p. 86). Isso significa dizer que os Aparelhos Ideológicos não são somente o *enjeu* (o que está em jogo) como também o *lieu* (lugar) das lutas de classes. Pois é através dos aparelhos repressivos e ideológicos que uma classe (ou aliança de classe) mantém sua dominação.

Dessa maneira, Althusser rompe com o dualismo da “materialidade da infra-estrutura econômica” versus a “idealidade da supra-estrutura política, jurídica e ideológica” do marxismo esquemático. Afirma que a ideologia é material e que essa materialidade inscreve-se nas práticas e nas instituições. A crítica que faz da teoria da ideologia, tal como se encontra na obra de Marx, incide sobre duas fraquezas básicas da teoria marxista. A primeira concerne à definição de ideologia como visão mistificada/deformada do processo real de produção. Nessa acepção de visão deformada, fica pressuposto que as ilusões da ideologia fazem sempre alusão a um real que lhe deu origem e que basta interpretar para reencontrar, sob sua representação imaginária, a verdadeira realidade do mundo. Ora, diz Althusser, isso significaria dizer que na ideologia os homens representam sob forma imaginária suas condições reais de existência. Restaria, no entanto, esclarecer: por que os homens precisam dessa transposição imaginária para “representar” suas condições reais de existência?

Os “homens” “representam” não suas condições de existência reais, seu mundo real, mas antes de tudo sua *relação* com essas condições de existência. Toda ideologia representa não as relações de produção existentes (e as outras relações que dela derivam) mas antes de tudo a relação (imaginária) desses indivíduos com as relações reais sob as quais vivem. A diferença reside portanto na dimensão de representação imaginária da ideologia. Assim sendo, superamos a questão da “causa” da deformação necessária. A pergunta agora é: por que os indivíduos representam de maneira imaginária sua relação (individual) com as relações sociais que governam suas condições de existência; sua vida coletiva e individual? E qual a natureza deste imaginário? (1999, p. 279).

Assim, para Althusser a ideologia constitui uma relação imaginária do sujeito com a sociedade (capitalista, de exploração, etc) em que vive. Diz ele em sua Tese Primeira: a ideologia é uma “representação” da relação

imaginária do sujeito com suas condições reais de existência³. A diferença reside, portanto, na dimensão de representação imaginária da ideologia. Com isso, Althusser nega a possibilidade de um mundo em que as relações fossem completamente transparentes e afirma que, como o inconsciente, a ideologia é eterna. Ademais, destaca o fato de que eterno significa aqui onipresente, trans-histórico, e que a proximidade entre ideologia e inconsciente justifica-se teoricamente pelo fato de que “a eternidade do inconsciente não deixa de ter relação com a eternidade da ideologia em geral”. Por um lado, enquanto representação imaginária, as ideologias variam de conteúdo, mas, por outro, são universais e onipresentes em todas sociedades humanas. Nesse sentido, a ideologia não tem história (mas é eterna, como o inconsciente).

A Segunda Tese de Althusser afirma que *a ideologia tem uma existência material* e não pode ser reduzida a conjunto de idéias falsas. É claro que tal materialidade não é da mesma natureza de um fuzil ou uma calçada, ironiza Althusser. A ideologia tem a materialidade das práticas cotidianas, seja o ato assistir uma missa, jogar uma partida de futebol, um dia de aula e assim por diante. Todos nossos atos cotidianos – nossas práticas – inscrevem-se em aparelhos ideológicos. Os aparelhos ideológicos do Estado seriam a materialização das ideologias morais, religiosas, jurídicas e estéticas. Em suas palavras: “suas idéias são atos materiais inseridos em praticas materiais, reguladas por rituais materiais que, por sua vez, são definidos pelo aparelho ideológico material do qual dependem as idéias desses sujeitos”⁴.

Mas a contribuição mais complexa à questão do sujeito tem a ver com a idéia da interpelação, exposta na Terceira Tese: “toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos pelo funcionamento da categoria sujeito”.

... a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria de sujeito só é constitutiva da toda ideologia enquanto essa tem por função (que a define) “constituir” os sujeitos concretos (como você ou eu). É nesse jogo de dupla constituição que se efetua o funcionamento de toda ideologia, sendo que a ideologia nada é além de seu funcionamento através das formas materiais da existência desse funcionamento (1999. p. 210).

³ ALTHUSSER, *Positions*, 1976, p. 1113: *Dans l'idéologie est donc représenté non pas le système des rapports réels qui gouverne l'existence des individus mais le rapport imaginaire de ces individus aux rapports réels sous lesquels ils vivent.*

⁴ Idem, 1999, p. 206.

A teoria da interpelação aponta para a dimensão da aceitação das regras sociais e é exemplificada no fato de que respondemos ao chamado do policial que nos grita: “ei, você aí!”. Responder à interpelação é estar dentro da submissão. O agente policial representa o poder e o ato de interpelação revela o âmago da socialização, pois o Poder não somente nos submete mas também nos formata; nos sujeita e nos torna sujeitos. Como veremos, essa definição de Althusser vai ser incorporada por Foucault e Butler.

JUDITH BUTLER, LEITORA DE ALTHUSSER

A subordinação, opressão e/ou discriminação da mulher constitui objeto de estudo e ação das feministas em várias partes do mundo ocidental, tendo originado uma extensa bibliografia conhecida como “estudos sobre a mulher” e “estudos de gênero”. Para efeitos do presente texto destacarei algumas das apropriações teóricas realizadas pelo feminismo. Nesse sentido, é inegável a enorme influência da obra de Foucault, cuja recepção nos Estados Unidos e no Brasil possibilitou o desenvolvimento de temáticas e perspectivas de análises centradas na questão do poder e da sujeição. Na mesma linha, há que destacar a contribuição de Judith Butler, professora de retórica e literatura comparada na Universidade de Berkeley. Os processos de sujeição constituem um de seus temas prioritários, pois, segundo ela, aprofundar as condições da sujeição é também entender as perspectivas para sua superação. Butler enfatiza a dimensão de poder de qualquer projeto e questiona a própria imparcialidade do projeto de Habermas, reafirmando a dimensão de poder do discurso. Diz que prefere chamar de “pós-estruturalista” a seguinte assertiva: *o poder permeia o próprio aparato conceitual*.

Antes de entrarmos no texto de Butler, convém lembrar que no idioma português as definições de “sujeito” que aparecem no dicionário Novo Aurélio são quase todas sinônimas: 1. *Súdito*; 2. *Escravidado*; 3. *Obrigado*; 4. *Que se sujeita a vontade dos outros*; 5. *Dependente*; 6. *Exposto*; 7. *Indivíduo indeterminado*; 8. *Súdito*. Na acepção n. 9, “Sujeito” é *Assunto, tema*, e na n. 10, *Termo da proposição a respeito do qual se enuncia algumas coisa*; n. 11 é *o ser individual, real*. Já o verbo sujeitar concerne sempre ao ato de reduzir à sujeição, subjugar, dominar.

Em inglês, “to subject” é definido como “to defeat” – people or country – and then control them against their wishes and limit their freedom⁵. É nesse sentido que em *The Psychic Life of Power, Theories of subjection*, Butler comenta que o poder é sempre pensado como uma potência externa que nos oprime. Na tradição sociológica, temos a clássica definição de Weber⁶, para o qual poder é “a probabilidade que tem um homem ou um agrupamento de homens de impor sua própria vontade em uma ação comunitária, inclusive contra a oposição dos demais membros”. Butler comenta que essa visão unilateral teria sido superada pelos textos de dois filósofos franceses contemporâneos: Louis Althusser e Michel Foucault.

Segundo Butler, Althusser privilegia a dimensão do discurso para repensar a teoria da sujeição. Tornar-se sujeito é um processo psíquico inconsciente de sujeitamento à Ordem vigente (patriarcal, capitalista). A ressalva que Judith Butler faz é que Althusser *view, useful as it is, remains implicitly constrained by a notion of a centralized state apparatus*⁷. Em outras palavras, ao reduzir sua análise sobre a reprodução ideológica aos aparelhos de Estado, Althusser estaria deixando de lado importantes dimensões do real permeadas pelo poder e pela dominação. Butler⁸ insiste no fato de que o poder como subordinação implica num *set of conditions that precedes the subject, effecting and subordinating the subject from the outside*. “Power not only acts on a subject but in a transitive sense, enacts the subject into being”.

O poder atua não somente sobre o sujeito, mas, em sentido transitivo, permite que o sujeito seja. A assertiva de Butler confirma na verdade o ponto de vista de Althusser, expresso em outros textos por ele escritos e que não foram mencionados por nossa autora. Em *Psychanalyse et Sciences Humaines*, por exemplo, Althusser chama a atenção para a grande descoberta de Lacan de que “é o cultural que age sobre o biológico”, como condição que possibilita a inserção do pequeno ser humano. Assim, trata-se de estudar a ação permanente da cultura que transforma a criança. E, mais ainda, que “é a lei da cultura que determina a passagem à própria cultura”, pois:

⁵ Cambridge International Dictionary of English.

⁶ WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. p. 54.

⁷ BUTLER, J. *The Psychic Life of Power. Theories of subjection*. California: Stanford University Press, 1997, p. 6.

⁸ Idem, p. 13.

“aquilo que é pensado como antecedente da cultura em relação a ela mesma no tornar-se humano do pequeno ser biológico, encontra-se, de fato, situado no interior da própria cultura. Dito de outra maneira, a precessão da cultura em relação a ela mesma (...)”⁹.

Ao afirmar o paradoxo da *précession de la culture par rapport à elle-même*, Althusser antecipa muitas das conclusões da própria Butler e, em especial, sua crítica ao conceito de gênero como inscrição social sobre o biológico. Opondo-se às categorias de identidade presentes em algumas tendências, Butler insiste na importância de se pensar a *identidade* como *feito*, isso é, como algo *produzido ou gerado*¹⁰.

FOUCAULT: SUBMISSÃO, RESISTÊNCIA E SIGNIFICAÇÃO

Este é o título de um texto em que Butler analisa as implicações da teoria da subjetivação de Foucault, tal como formulada em *Vigiar e Punir*. Para Foucault, os processos de subjetivação se realizam principalmente através do corpo. No caso do preso, não se trata apenas de um poder coercitivo externo mas do fato que “o indivíduo se forma, ou melhor, se formula a partir de uma ‘identidade’ de preso discursivamente constituída. A sujeição é literalmente o *fazer-se* de um sujeito, o princípio de regulação de acordo com o qual se formula ou se produz um sujeito”. O preso é submetido a uma série de práticas invasivas, de disciplinas, de normatizações de movimentos, em resumo, de um regime disciplinar do corpo. Como resultado, o assujeitamento é muito profundo, atingindo “a alma, prisão do corpo”¹¹, invertendo o preceito cristão.

⁹ “ce qui est pensée comme antécédence de la culture par rapport a elle-même dans le devenir humain du petite être biologique, se trouve en fait situé a l’intérieur de la culture elle-même. Autrement dit, la précession de la culture par rapport à elle-même, qui se situe au niveau culturel dans la pratique psychanalytique”. ALTHUSSER, L. *Psychanalyse et Sciences Humaines*, p. 90.

¹⁰ BUTLER, J. *Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 211.

¹¹ FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*, p. 202.

Apesar do tema ser a subjetivação do preso, não há dúvidas, como assinala Butler, de que a prisão é utilizada por Foucault como metáfora do processo de subjetivação do corpo. Assim, encarceramento e invasão são as “figuras privilegiadas através das quais Foucault articula o processo de subjetivação, a produção discursiva das identidades”. Butler aponta os limites de uma teoria da subjetivação que parta exclusivamente das instâncias discursivas, pois aceitar tal hipótese implica na negação de um espaço de resistência psíquica. A introdução do inconsciente dá inteligibilidade ao processo de subjetivação na medida em que a psique “é precisamente aquilo que escapa aos efeitos carcerários da exigência discursiva de habitar uma identidade coerente, de converter-se em um sujeito coerente. A psique é o que resiste à regularização que Foucault atribui aos discursos normalizadores”¹². A psique *transborda* o sujeito.

Butler, portanto, perfila-se entre os intelectuais que entendem a importância da psicanálise para a compreensão do processo de subjetivação, aproximando-se mais de Althusser do que de Foucault para fundamentar uma teoria de gênero. Ao apoiar-se na psicanálise, Butler assume não somente a dimensão inapreensível dos processos psíquicos como também os limites da materialidade do corpo. Em *Bodies that Matter*, ela se coloca a meio caminho entre os campos essencialistas e culturalistas (ou construtivistas) em que se divide o feminismo contemporâneo, ao afirmar que esse debate não escapa a um paradoxo insuperável:

“Assim como nenhuma materialidade anterior está acessível a não ser através do discurso, também o discurso não consegue captar aquela materialidade anterior, argumentar que o corpo é um referente evasivo não equivale a dizer que ele é apenas e sempre construído. De certa forma, significa exatamente argumentar que há um limite à construtividade, um lugar, por assim dizer, onde a construção necessariamente encontra esse limite”¹³.

PRESTANDO CONTAS A SI MESMO OU OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE

Sujeitos do inconsciente, além de sujeitos sociais, econômicos e culturais: a introdução dos limites psíquicos do sujeito torna mais complexa a

¹² BUTLER, *Giving an account*, p. 98.

¹³ Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler in *Revista Estudos Feministas*, vol. 10 Florianópolis, Jan. 2002.

questão das nossas responsabilidades. Até que ponto somos responsáveis pelos nossos atos, uma vez que somos produzidos na sujeição? Essa é uma das questões cruciais no respeito à responsabilização que fuja da vitimização. Para Butler, as questões morais não somente emergem no contexto das relações sociais, como a forma assumida por essa questão muda segundo o contexto, sendo que esse mesmo contexto herda, de alguma maneira, a forma da questão. Ela concorda com a formulação Adorno nos *Problemas da Filosofia Moral*, segundo a qual “the social problem of the divergence between the universal interest and the particular interest, the interest of particular individual, is what goes to make up the problem of morality”¹⁴.

Reservando ética para o contorno mais abrangente da regras e máximas, Adorno comenta que uma norma ética não pode impor para todos um modo de vida que seja insuportável para alguns, sob pena de se tornar uma violência. Diz ele: quando ignora as condições sociais prevalecentes, que são também as condições em que qualquer ética pode ser apropriada, o *ethos* se torna violento. Na *Leitura 17*, que constitui o último texto do livro, Adorno aponta para a necessária resistência à falsa vida; discute a falibilidade frente das “às máscaras do mal”; critica a concepção moral de Nietzsche e conclui que os limites da moralidade são crises do individualismo e aponta a necessária transição da consciência crítica para a consciência política. Pois para ele, “there is no right behaviour within the wrong world”¹⁵.

No já citado texto, Adorno conclui que no “mundo administrado” não existe liberdade se aceitarmos a premissa kantiana de que a liberdade inclui a todos, não podendo ser concebida como algo isolado, em que não exista liberdade social. Em decorrência, o ponto de partida ético da atualidade tem de ser a crítica desse mundo administrado. “We might even say that the quest for the good life is the quest for the right form of politics, if indeed such a right form lay within the realm of what can be achieved today”¹⁶.

Butler incorpora o ponto de vista de Adorno, adicionando a preocupação de Foucault não somente na relação do sujeito com a moralidade, mas na força desta na produção do sujeito, que precisa colocar-se em relação à própria moralidade.

¹⁴ ADORNO, *Problems of Moral Philosophy*, p. 19: o “problema social da divergência entre interesse universal e interesse particular, o interesse de um indivíduo em particular, é o que configura o problema da moralidade”.

¹⁵ Idem, p. 174.

¹⁶ Idem, p. 176.

Pois mesmo quando a moralidade fornece uma série de normas que produzem o sujeito na sua inteligibilidade, “sempre permanece um conjunto de normas e regras que têm de ser negociados pelo sujeito”. Prestamos contas por termos sido interpelados como seres responsáveis perante um sistema de justiça e punição, comenta Butler, reproduzindo o ponto de vista de Althusser sobre a interpelação como ato comprovatório de nossa subordinação como sujeitos (que podem ser responsabilizados) perante a Norma.

A questão da responsabilidade relaciona-se portanto com a questão do “Eu” e sua complexa formação. Pois na medida em que somos formados segundo certas convenções sociais, e a dimensão consciente de nosso “Eu” é apenas uma parte de nossa vida psíquica, permanecendo um *surplus* que sempre foge às regras de nomeação, em que bases devemos colocar a questão da nossa responsabilidade moral?

Apoiando-se nas conclusões de Adorno e Foucault, entre outros, Butler argumenta que talvez o que mais importa é reconhecer que a ética pressupõe riscos, e que muitas vezes somos colocad(a)os em situações desconhecidas em que nossos pontos de vista divergem daquilo que nos é posto como apropriado¹⁷. Levando em considerações as ambiguidades desse “Eu” e sabendo que nossa própria formação implica aos outros em cada um de nós, e que nossa estranheza em relação a nós mesmos é, paradoxalmente a fonte de nossa conexão ética com os outros¹⁸, Butler propõe uma ética do acolhimento ao outro (até mesmo em nome desse outro que nos habita e que nos causa estranheza).

EXISTE UMA ÉTICA FEMINISTA?

Podemos então colocar a questão que nos interessa, vale dizer: qual seria a ética feminista?

Foucault põe o dedo na ferida quando aponta a ausência de um projeto ético nos movimentos sociais dos anos 70, então designados como movimentos de libertação. Colocando-se como um participante, ele comenta: “Nós não acreditamos que uma moral possa ser fundamentada em uma religião e também não queremos que um sistema legal intervenha em nossa vida moral, pessoal e íntima. Os movimentos de libertação recentes sofrem

¹⁷ BUTLER, *Giving an account*, p. 136.

¹⁸ BUTLER. *Precarious Life*, p. 46.

de não poder encontrar um princípio sobre o qual fundamentar a elaboração de uma nova moral”¹⁹.

Essa observação de Foucault é pertinente para a época em que foi formulada, de profunda agitação política e de reivindicações novas. No Brasil dos anos 70, a libertação implicava uma rejeição à ditadura militar e na autonomia dos movimentos com relação aos aparelhos de estado. Com a democratização, as demandas feministas foram legitimadas e institucionalizadas (os conselhos de mulheres, de negros) tornando-se objeto de políticas sociais e mudanças jurídicas afetando as relações entre os sexos e nas famílias. A Constituição de 1988 instituiu um estado de bem estar social e de respeito aos direitos das mulheres, respondendo positivamente à maior parte das reivindicações das militantes feministas.

A partir dos anos 80, as demandas assumiram cada vez mais a forma de reivindicações compensatórias, não raro acompanhadas por uma ideologia do vitimismo, muito diferentes do protagonismo das décadas anteriores. Em contraposição à posição de sujeito desejante, a política do vitimismo, hoje predominante, reflete-se na baixa cidadania dos programas assistenciais. As mulheres que precisam de bolsas família são submetidas à humilhação de terem de provar que são pobres e infelizes para convencer a atendente de que necessitam. Também se presenciam cenas de humilhação nas iniciativas filantrópicas, em que uma cesta básica vem acompanhada de um sermão e de regras de conduta. São formas de tutela e de infantilização incompatíveis com a idéia de autonomia e responsabilidade. A maior parte das políticas sociais compensatórias terminam por colocar o usuário num lugar subalterno, negando as bandeiras da via republicana e da eficácia dos direitos.

Na perspectiva psicanalítica, Cate Koltai aponta para os riscos das políticas de quotas e de outras formas compensatórias que partem do pressuposto que as pessoas são sempre vítimas dos outros e não vítimas de suas próprias escolhas, como é o caso por exemplo do fumante. Ela observa que “a pessoa deixa de ser vítima dos riscos e responsabilidades relacionadas ao engajamento em seu desejo, sua vida, e se torna vítima das circunstâncias desfavoráveis, o que vai constituir-la num sujeito traumatizado e não mais

¹⁹ FOUCAULT, *Dits et écrits* Dits et Ecrits, 1984, p. 1414.

num sujeito engajado em sua própria vida com todos os riscos decorrentes do exercício de seu desejo”²⁰.

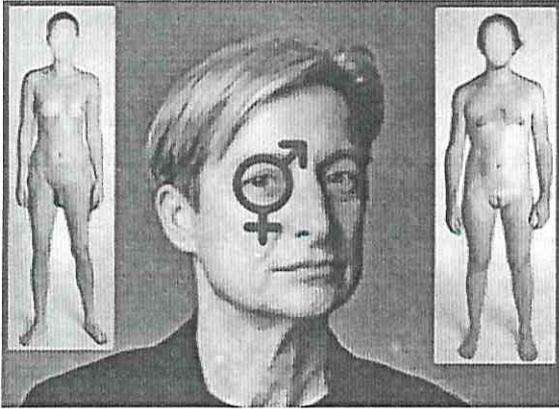
Para concluir, não podemos nos esquecer de que “a verdadeira libertação significa conhecer-se a si mesmo e na maior parte das vezes não pode realizar-se por intermédio de um grupo, qualquer que seja”. Desta maneira devemos começar “por inventar o futuro mergulhando num presente mais criativo”²¹.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. *Problems of Moral Psychology* Stanford: Stanford University Press, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Écrits philosophiques et politiques – tome I*. Paris: Éditions STOCK/IMEC, 1994.
- _____. *Freud e Lacan e Marx e Freud*. 3º ed. São Paulo: Graal, 1991.
- _____. *Psychanalyse et Sciences Humaines. Deux Conférences*. Paris: Librairie Générale Française/IMEC, 1996, p. 75.
- _____. *Sobre a reprodução*. São Paulo: Editora Vozes, 1999.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993.
- _____. *Giving an Account of Oneself*. New York: Fortham University Press, 2005.
- _____. *The Psychic Life of Power. Theories of subjection*. California: Stanford University Press, 1999.
- _____. *Prearious Life. The Powers of Morning and Violence*. London/New York: Verso, 2004.
- KOLTAI, Caterina. *Uma questão tão delicada*. VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, de 05 a 08 de setembro de 2002.
- FREUD, Sigmund. El “YO” y el “ELLO”, in *Obras Completas*, vol. III, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits I*, Paris: Gallimard, 2001.
- _____. *Surveiller et punir, naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

²⁰ KOLTAI, Caterina. *Uma questão tão delicada*. VI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Recife, de 05 a 08 de setembro de 2002, p. 5.

²¹ FOUCAULT, op. cit, p. 678.



Spring 2014

FEMINIST TO THE CORE

Judith Butler

speaking on:

Simone de Beauvoir's
The Second Sex



PRIMEIRA VERSÃO

Títulos Publicados desde 1988

01. Antonio Augusto Arantes, *La preservación del patrimonio como practica social*. (esgotado)
02. Décio A. M. Saes, *Estado e Classes Sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80*. (esgotado)
03. Denise Bottmann, *A propósito de Capistrano*. (esgotado)
04. Luiz B. L. Orlandi, *Simulacro na filosofia de Deleuze*. (esgotado)
05. Niuvenius J. Paoli, *Currículo mínimo: princípios gerais de uma camisa-de-força?* (esgotado)
06. Fausto Castilho, *Doutrina Geral dos Elementos*, trad. de *Allgemeine Elementarlehre* de Immanuel Kant, 1ª parte, 1º capítulo. (esgotado)
07. João Carlos K. Quartim de Moraes, *Joaquim Costa, Oliveira Vianna e a "revolução pelo alto"*. (esgotado)
08. Manoel Tosta Berlinck, *Difusão e construção sobre a história da psicanálise em São Paulo*, Brasil. (esgotado)
09. Roberto Romano, *Igreja domesticadora de massas ou fonte do direito coletivo e individual? Uma aporia pós-conciliar*. (esgotado)
10. Leila da Costa Ferreira, *Estado e ambiente. A política ambiental do Estado de São Paulo*. (esgotado)
11. Maria Stella Bresciani, *Carlyle: a revolução francesa e o engendramento dos tempos modernos*. (esgotado)
12. Newton C. A. da Costa, Luiz Henrique Lopes dos Santos e Elias Humberto Alves, *On the Syllogism I*. (esgotado)
13. Octavio Ianni, *A idéia de América Latina*. (esgotado)
14. Osmyr Faria Gabbi Jr., *Resenhas de psicanálise*. (esgotado)
15. Carlos Rodrigues Brandão, *Ouro Preto: arte, antiguidade e artesanato*. (esgotado)
16. Luiz B. L. Orlandi, *Articulação por reciprocidade de aberturas e Filosofia em tempo de cinema*. (esgotado)
17. Fausto Castilho, *Doutrina Geral dos Elementos*, trad. de *Allgemeine Elementarlehre* de Immanuel Kant, 1ª parte, 2º capítulo. (esgotado)
18. Alba Zaluar, *Gênero, cidadania e violência*. (esgotado)
19. Sidney Chalhoub, *A guerra contra os cortiços: cidade do Rio, 1850-1906*. (esgotado)
20. Daniel Hogan, *Quem paga o preço da poluição?* (esgotado)
21. Roberto Cardoso de Oliveira, *Práticas interétnicas e moralidade*. (esgotado)
22. Mariza Corrêa, *Três heroínas do romance antropológico brasileiro*. (esgotado)
23. Angela M. Tude de Souza, *Grandes projetos e identidades sociais na Amazônia Oriental Brasileira*. (esgotado)
24. Margareth Rago, *A prostituição em São Paulo nas décadas iniciais do século XX*. (esgotado)
25. Silvio Seno Chibeni, *Descartes, Locke, Berkeley, Hume e o realismo científico*. (esgotado)
26. Adalberto Marson, *Maquinações satânicas: Edward Thompson e as leituras do sistema fabril*. (esgotado)
27. Néstor Perlongher, *Territórios marginais*. (esgotado)
28. Rachel Meneguello, *O voto dos trabalhadores (1964-1989)*. (esgotado)
29. Maria Stella Bresciani, *O anjo da casa*. (esgotado)
30. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Fragmentos do novo? Brasil: Empresariado e crise no limiar dos 90*. (esgotado)
31. Vavy Pacheco Borges, *A "História da República": um objeto, alguns temas, alguns conceitos*. (esgotado)
32. Sebastião C. Velasco e Cruz, *1968 – Movimento estudantil e crise na política brasileira*. (esgotado)
33. Sidney Chalhoub, *A história nas histórias de Machado de Assis: uma interpretação de Helena*. (esgotado)
34. Néstor Perlongher, *Droga e êxtase*. (esgotada)
35. Fausto Castilho, *Doutrina Geral dos Elementos*, trad. de *Allgemeine Elementarlehre* de Immanuel Kant, 1ª parte, 3º capítulo. (esgotado)

36. Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, *Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64*. (esgotado)
37. José Roberto do Amaral Lapa, *O mercado urbano de escravos* (Campinas – segunda metade do século XIX). (esgotado)
38. Shiguenoli Miyamoto & Williams da Silva Gonçalves, *A política externa brasileira e o regime militar: 1964-1984*. (esgotado)
39. Alba Zaluar, *Relativismo cultural na cidade?* (esgotado)
40. Shiguenoli Miyamoto, João Paulo Veiga & Tullo Vigevani, *Motivações do papel dos Estados Unidos no mundo*. (esgotado)
41. Guita Grin Bert, *O envelhecimento em asilos e práticas profissionais para uma velhice adequada*. (esgotado)
42. Shiguenoli Miyamoto, *A questão ambiental e as relações internacionais*. (esgotado)
43. Walquiria G. D. Leão Rego, *Liberalismo e escravidão no Brasil: um dilema?* (esgotado)
44. Armando Boito Jr., *Crise política e revolução: o 1789 de Georges Lefebvre*. (esgotado)
45. Shiguenoli Miyamoto, *A inserção do Brasil no sistema internacional*. (esgotado)
46. João Quartim de Moraes, *A argumentação dialética na definição aristotélica do tempo*. (esgotado)
47. Armando Boito Jr., *Estado e sindicalismo no Brasil*. (esgotado)
48. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Política empresarial em tempos de crise. Apontamentos teóricos e reflexões sobre o Brasil*. (esgotado)
49. Décio Saes, *A contestação à ordem monárquica no Brasil*. (esgotado)
50. Octavio Ianni, *O labirinto latino-americano*. (esgotado)
51. João Quartim de Moraes, *A justificação do tiranicídio no pensamento proto-liberal de Juan de Mariana*. (esgotado)
52. Arlete Moysés Rodrigues, *Movimentos sociais*. (esgotado)
53. Roberto Cardoso de Oliveira, *A antropologia e a "crise" dos modelos explicativos*. (esgotado)
54. Jorge Coli, *Ética, política, revolução, surrealismo*. (esgotado)
55. Oswaldo Giacóia Jr., *O Anticristo e o romance russo*. (esgotado)
56. Sebastião C. Velasco e Cruz, *A produção do consenso. Discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira*. (esgotado)
57. Argelina Maria Cheibub Figueiredo, *Notas de pesquisa: justiça local nas áreas de saúde e trabalho*. (esgotado)
58. Pedro Paulo Abreu Funari, *Análise documental e o estudo da antiguidade clássica*. (esgotado)
59. João Quartim de Moraes, *A evolução da idéia de democracia de Rousseau a Robespierre*. (esgotado)
60. Rita de Cássia Lahoz Morelli, *Relativismo hoje. Uma tentativa antropológica de acertar contas com a moralidade*. (esgotado)
61. Sidney Chalhoub, *Homenagem a Warren Dean: Comentário sobre Rio Claro, um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. (esgotado)
62. Pedro Paulo A. Funari & Júlia Falivene Alves, *O ensino de história no segundo grau: uma experiência*. (esgotado)
63. João Quartim de Moraes, *Joseph de Maistre: o anti-rousseauismo da contra-revolução*. (esgotado)
64. Luís Alfredo Galvão, *Duas ou três coisas sobre o mercado e o socialismo*. (esgotado)
65. Octavio Ianni, *Neoliberalismo e neo-socialismo*. (esgotado)
66. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Marxismo e feminismo no Brasil*. (esgotado)
67. Pedro Paulo Abreu Funari, *Pós-Graduação: encruzilhadas atuais*. (esgotado)
68. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Restructuring world economy. Arguments about "market-oriented reforms" in developing countries*. (esgotado)
69. Octavio Ianni, *Globalização e transculturação*. (esgotado)
70. Ricardo T. Neder, *Figuras do espaço público contemporâneo. Associações civis, fundações e Ongs no Brasil*. (esgotado)
71. Karl Marx, *Die methode der politischen ökonomie. O método da economia política. Terceira Parte*. Tradução de Fausto Castilho. (esgotado)
72. Octavio Ianni, *Sociologia e literatura*. (esgotado)
73. Reginaldo Corrêa de Moraes, *Liberalismo e neoliberalismo*. (esgotado)

74. José Carlos Pinto de Oliveira, *Carnap e o pós-positivismo*. (esgotado)
75. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Identidade e alteridade: registros iconográficos e sociológicos do Brasil no século XIX*. (esgotado)
76. Pedro Paulo A. Funari, *Teoria arqueológica na América do Sul*. (esgotado)
77. Sebastião C. Velasco e Cruz, *As idéias do poder. Dependência, globalização, crise e o discurso recente de FHC*. (esgotado)
78. Octavio Ianni, *O príncipe eletrônico*. (esgotado)
79. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Um outro olhar: sobre a análise gramsciana das organizações internacionais*. (esgotado)
80. Shiguenoli Miyamoto, *Perspectivas do estudo das relações internacionais no Brasil*.
81. João Quartim de Moraes, *Erasmus e Lutero: teologia e reforma do cristianismo*. (esgotado)
82. Shiguenoli Miyamoto, *O idealismo e a paz mundial*.
83. Reginaldo C. C. de Moraes, *Economia, política e ideologias. Notas sobre neoliberais, keynesianos e cepalinos*. (esgotado)
84. Octavio Ianni, *Língua e sociedade*. (esgotado)
85. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Situações. Conjuntura, Empresários/Trabalhadores e Alca*.
86. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, *Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas*. (esgotado)
87. José Carlos Pinto de Oliveira, *Kuhn, Popper e a história da ciência*. (esgotado)
88. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Desencontros: o Brasil e o mundo no limiar dos anos 80*.
89. Shiguenoli Miyamoto, *A segurança regional no contexto do Mercosul*.
90. Octavio Ianni, *A globalização e o retorno da questão nacional*. (esgotado)
91. Shiguenoli Miyamoto, *A política de defesa brasileira e a segurança regional*.
92. Pedro Paulo A. Funari & Nanci Vieira Oliveira, *Arqueologia em Mato Grosso*.
93. Shiguenoli Miyamoto, *O Brasil e as negociações multilaterais*.
94. José Carlos Pinto de Oliveira, *Positivismo, ciência e filosofia*. (esgotado)
95. Shiguenoli Miyamoto, *Cooperação, competição e integração regionais: o difícil entendimento*.
96. Maria Lygia Quartim, *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile*.
97. Shiguenoli Miyamoto, *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação*.
98. Evelina Dagnino e Sonia E. Alvarez, *Os movimentos sociais, a sociedade civil e o "terceiro setor" na América Latina: reflexões teóricas e novas perspectivas*. (esgotado)
99. Shiguenoli Miyamoto, *O Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum*.
100. Octavio Ianni, *Sociologia do futuro*. (esgotado)
101. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, *O pequeno século XX: o Estado, o mercado e o et cetera*.
102. Shiguenoli Miyamoto, *Geopolítica do Brasil: algumas considerações*.
103. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Democracia e ordem internacional: reflexões a partir de um país grande semiperiférico*.
104. Caio Navarro de Toledo, *Universidade, intelectuais e pensamento crítico*.
105. Tom Dwyer (org.), Maria Herminia Tavares de Almeida, Juarez Lopes Brandão e Roberto Cardoso de Oliveira, *As origens do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais e as perspectivas para o futuro – um encontro com alguns fundadores*.
106. Cátia Aida Silva, *Acesso à justiça: uma leitura dos direitos e da cidadania no Brasil Contemporâneo*.
107. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Teoria e História. Notas críticas sobre o tema da mudança institucional em Douglas North*.
108. Sebastião C. Velasco e Cruz, *Organizações internacionais e reformas neoliberais: reflexões a partir do tema da propriedade intelectual*.
109. Maria Lygia Quartim de Moraes, *Dois estudos sobre cidadania*. (esgotado)
110. Reginaldo C. Corrêa de Moraes, Juliana do Couto Ghisolfi e Maitá de Paula e Silva, *Universidade no Brasil, 2002 – problemas & dilemas*.
111. Shiguenoli Miyamoto, *O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas*.
112. Lucas Angioni, *O problema da compatibilidade entre a teoria da ciência e as ciências naturais em Aristóteles*.

113. Octavio Ianni. *Sociologia do terrorismo*. (esgotado)
114. Guita Grin Debert. *Arenas de conflitos éticos nas delegacias especiais de polícia*.
115. Tom Dwyer (org.), Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Ricardo Abramovay, Leila da Costa Ferreira, Rita de Cássia Lahoz Morelli e Rachel Meneguello. *O ensino interdisciplinar nas Ciências Sociais*.
116. Adriana Piscitelli. *Delegacias especiais de polícia em contexto: reflexões a partir do caso de Salvador (Bahia)*.
117. Shiguenoli Miyamoto. *A segurança e a ordem internacionais no limiar do novo século*.
118. Reginaldo C. Corrêa de Moraes. *Berle & Means, de 1932 a 2002: a ordem política do capitalismo corporativo*.
119. Shiguenoli Miyamoto e Patrícia Nasser de Carvalho. *A ONU e a paz mundial: alcances e limites*.
120. Pedro Paulo A. Funari / Lúcio M. Ferreira. *Cultura material histórica e patrimônio*. (esgotado)
121. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Feminismo, movimentos de mulheres e a re(construção) da democracia em três países da América Latina*.
122. Shiguenoli Miyamoto e Paulo César Manduca. *Segurança hemisférica: uma agenda inconclusa*.
123. Armando Boito Jr. *Classe média e sindicalismo*.
124. Izabel A. Marson. *Política e memória em Um Estadista do Império*.
125. Octavio Ianni. *Enigmas do pensamento latinoamericano*.
126. Eliane Moura da Silva. *Repensando o fanatismo religioso: representações, conceitos e práticas contemporâneas*.
127. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Algo de novo na América Latina?*
128. Alessandro André Leme. *Estado e energia: conjunturas e conjecturas acerca do setor elétrico brasileiro*.
129. José Carlos Pinto de Oliveira. *Quine e o projeto de uma ciência cognitiva*.
130. Alessandro André Leme. *Reformas do Estado: o caso do setor elétrico na Argentina e no México*.
131. Amnérís Maroni. *Busca e mistério*.
132. Maria Filomena Gregori. *Feixes, paralelismo e entraves: as delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições*.
133. Duarcides Ferreira Mariosa. *Florestan Fernandes e os Tupinambá*.
134. José Carlos Pinto de Oliveira. *História da ciência e história da arte: uma introdução à teoria de Kuhn*. (esgotado)
135. Alessandro André Leme. *Privatização e energia elétrica: debate preliminar sobre a reestruturação do setor elétrico e a crise de racionamento de energia*.
136. Álvaro Bianchi. *O Laboratório de Gramsci*. (esgotado)
137. Shiguenoli Miyamoto e Juliana Santos Maia Bertazzo. *A Política das Forças Armadas: Conflitos e Institucionalização do Regime Militar*.
138. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn e a Revolução Historiográfica na Ciência e na Arte*. (esgotado)
139. Shiguenoli Miyamoto e Alessandro Shimabukuro. *Política e Estratégia no Brasil Contemporâneo*.
140. João Quartim de Moraes. *Cinco Poetas Vermelhos na Linha de Fogo*.
141. José Carlos Pinto de Oliveira. *Kuhn, Koyré e a "Nova Historiografia" da Ciência*.
142. Shiguenoli Miyamoto. *Amazônia: Meio Ambiente, Fronteiras e Segurança*.
143. Pedro Paulo A. Funari e Aline Carvalho. *Patrimônio Cultural, diversidade e Comunidades*.
144. Shiguenoli Miyamoto. *O Brasil e a América Latina: Opções Políticas e Integração Regional*.
145. Maria Lygia Quartim de Moraes. *Deslocamentos Geográficos, Experiências Subjetivas: Brasileiras no Exílio*.
146. Sandra Aparecida Cardoso e Shiguenoli Miyamoto. *A Política Externa dos Governos Geisel e Lula: Semelhanças e Diferenças*.
147. José Carlos Pinto de Oliveira e Amélia de Jesus Oliveira. *Kuhn, Sartre e a História da Ciência*.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Rua Cora Coralina
13081– 970 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel.: Publicações (19) 3521.1603
Tel. / Fax: Livraria: (19) 3521.1604
<http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes>
pub_ifch@unicamp.br
www.facebook.com/publifch

Impressão e acabamento
Gráfica do IFCH